

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
JÚLIO DE MESQUITA FILHO**

Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara
Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa

**O EMPREGO DO PRESENTE DO INDICATIVO EM
ENTREVISTAS COM ENFOQUE NO PASSADO**

Marcos José Fatori

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Lingüística e Língua Portuguesa.

Campo de pesquisa: Análise da Conversação

Araraquara
2006

Orientadora:
**Profa. Dra. Odette Gertrudes Luiza
Altmann de Souza Campos**

Dedico este trabalho à memória de minha mãe, Dona Lúcia, a quem a vida roubou a oportunidade de penetrar o mundo da escrita.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Profa. Dra. Odette Gertrudes Luiza Altmann de Souza Campos, por ter acreditado em minha capacidade para desenvolver a presente pesquisa e por ter sido sempre atenciosa e criteriosa em suas orientações.

À Profa. Dra. Beatriz Nunes de Oliveira Longo e à Profa. Dra. Gladis Maria de Barcellos Almeida pelos valiosos comentários e sugestões quando da realização da qualificação.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, que sempre se mostraram atenciosos para comigo.

Ao Jamil pela presteza com que sempre atendeu às minhas solicitações e pela atenção a mim dispensada.

À minha amiga Regina por fornecer as entrevistas que serviram de suporte para esta pesquisa e pelo apoio constante.

Às minhas amigas Jussara, Luciane e Vera e à minha sobrinha Patrícia pela colaboração durante a realização da pesquisa.

A meus demais amigos e familiares, que me apoiaram em mais essa empreitada.

Finalmente, a Deus por me conceder mais esta benção em minha vida.

RESUMO

O presente do indicativo é um dos tempos verbais mais empregados na língua portuguesa falada. Na medida em que é utilizado para expressar tanto o presente como o passado e o futuro, pode-se dizer que se trata do tempo verbal mais versátil de nossa língua. No entanto, há poucos estudos acerca de seu emprego. Tendo em vista tal fato, resolvemos desenvolver esta pesquisa, que teve por objetivo principal analisar, num *corpus* constituído de textos orais, especificamente de entrevistas com enfoque em história de vida, os valores semânticos assumidos pelo presente do indicativo, bem como verificar a relação que se estabelece entre esse tempo verbal e os tipos de verbo (ação, processo, ação-processo e estado), os argumentos de primeiro grau (agente, paciente, instrumental, causativo, objetivo, locativo, experimentador), que se apresentam na função de sujeito, e a pessoa (1ª, 2ª, 3ª) em que este se realiza. Em virtude do alto índice de ocorrência dos pretéritos perfeito e imperfeito do indicativo nas entrevistas, verificamos também a relação estabelecida entre esses dois tempos verbais e os tipos de verbo, de sujeito e de pessoa, com o intuito de podermos comparar os resultados com os do presente do indicativo. Como embasamento teórico para nossa discussão, foram utilizadas as pesquisas de Weinrich (1974) e de Corôa (1985).

Palavras-chave: língua falada, tempo verbal, presente do indicativo, valor semântico, pretérito perfeito, pretérito imperfeito.

ABSTRACT

The present of the indicative is one of the most useful tenses in spoken Portuguese language. Used to express present, past and future, the present of the indicative is the most versatile tense of our language. However, there are few studies about its use. Because of that, we decided to develop this research, in order to analyze, in interviews with focus on past, the semantic values that the present of the indicative assumes. We also checked the relation between this tense and the kind of verb, kind of first-degree argument (that acts as subject) and kind of person used with it. As the past tenses of the indicative were also much used in the interviews, we decided to check the relation between them and the kind of verb, kind of first-degree argument and kind of person, in order to establish a comparison with the present of the indicative. As theoretical basis for the analysis, we used the researches of Weinrich (1974) and Corôa (1985).

Key-words: spoken language, tense, present of the indicative, semantic value, past of the indicative.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tempos verbais encontrados nas entrevistas	83
Tabela 2 - Perífrases verbais encontradas nas entrevistas	83
Tabela 3 - Ocorrências de emprego de tempos verbais encontradas em entrevistas do Projeto NURC	85
Tabela 4 - Tipos de verbo empregados com o presente do indicativo.....	86
Tabela 5 - Tipos de verbo empregados com o pretérito imperfeito do indicativo	86
Tabela 6 - Tipos de verbo empregados com o pretérito perfeito do indicativo	86
Tabela 7 - Tipos de verbo empregados com o presente do indicativo	87
Tabela 8 - Tabela de verbos que denotam atitude comentadora	88
Tabela 9 - Tipos de verbos empregados com o pretérito imperfeito do indicativo ..	90
Tabela 10 - Tipos de verbo empregados com o pretérito perfeito do indicativo	91
Tabela 11 - Tipos de sujeito empregados com o presente do indicativo	92
Tabela 12 - Tipos de sujeito empregados com o pretérito imperfeito do indicativo..	92
Tabela 13 - Tipos de sujeito empregados com o pretérito perfeito do indicativo	92
Tabela 14 - Pessoas empregadas com o presente do indicativo	95
Tabela 15 - Pessoas empregadas com o pretérito imperfeito do indicativo	95
Tabela 16 - Pessoas empregadas com o pretérito perfeito do indicativo	95

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A CONVERSAÇÃO	14
2.1 Língua falada e língua escrita	15
2.2 Organização geral da conversação	19
<u>2.2.1 O turno e o par adjacente</u>	19
<u>2.2.2 O tópico conversacional</u>	22
<u>2.2.3 Os marcadores conversacionais</u>	24
3 O TEMPO	26
3.1 Os conceitos de tempo	27
3.2 O tempo verbal	33
3.3 A teoria de Reichenbach	36
3.4 A teoria de Weinrich	42
<u>3.4.1 A atitude comunicativa</u>	42
<u>3.4.2 A perspectiva de locução</u>	46
<u>3.4.3 O relevo</u>	48
4 O PRESENTE DO INDICATIVO	50
4.1 A visão da gramática tradicional	51
4.2 A visão da Lingüística	57
5 ANÁLISE DOS DADOS	68
5.1 O <i>corpus</i>	68
5.2 Descrição das variáveis	69
5.3 Análise semântica das ocorrências encontradas nas entrevistas	73
5.4 Tempos verbais e perífrases verbais encontrados nas entrevistas	83
5.5 O presente do indicativo e os tipos de verbo	86
5.6 O presente do indicativo e os tipos de sujeito	92
5.7 O presente do indicativo e a pessoa em que se realiza o sujeito	95

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102
8 ANEXO (Normas de transcrição do Projeto NURC)	106

1 INTRODUÇÃO

O objetivo da presente pesquisa é analisar, num *corpus* constituído de textos orais, especificamente de entrevistas com enfoque em história de vida, o emprego do presente do indicativo.

Devem-se justificar aqui duas escolhas: a primeira diz respeito ao objeto do trabalho, ou seja, a conversação, mais especificamente a entrevista com enfoque em história de vida; a segunda refere-se ao tópico a ser abordado, ou seja, o presente do indicativo.

A conversação é uma atividade social que o ser humano desempenha desde o momento em que começa a falar. Segundo Marcuschi (2003, p. 14), “é a primeira das formas de linguagem a que estamos expostos e provavelmente a única da qual nunca abdicamos pela vida afora”. Além dos eventos de comunicação cotidiana, a conversação abrange todas aquelas atividades de comunicação ligadas ao exercício de uma profissão (consulta médica, palestra, negócio, etc.), bem como todas aquelas que têm lugar em instituições (escola, tribunal, governo, etc.), ou seja, a conversação é parte integrante da vida diária de qualquer cidadão, independentemente do seu nível sócio-cultural. Como se pode verificar, a conversação é a prática social mais comum do ser humano, o que vem a justificar sua escolha como objeto de pesquisa.

A opção específica pela entrevista com enfoque em história de vida se deve ao fato de querermos verificar como o presente do indicativo se comporta numa situação de enunciação cujo enfoque é o passado e não o presente.

No que respeita ao presente do indicativo, pode-se dizer que se trata de um dos tempos verbais mais empregados na língua portuguesa falada. Em

levantamento estatístico realizado por Campos e Rodrigues (2002), em 15 minutos de gravação de 6 inquiridos do Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta (Projeto NURC) de São Paulo e Rio de Janeiro, constatou-se o predomínio do presente do indicativo sobre os demais tempos verbais.

Embora seja tão utilizado, o presente do indicativo é uma das flexões verbais menos estudadas, predominando amplamente nos trabalhos científicos estudos sobre os tempos pretéritos, o tempo do futuro, das formas nominais e das perífrases (CASTILHO, 1984). Tal fato justifica sua escolha como tema de nossa pesquisa.

Nossa análise tem como primeiro propósito proceder a um levantamento dos valores semânticos que o presente do indicativo assume em entrevistas com enfoque no passado. Como base teórica para a análise semântica, utilizamos o trabalho desenvolvido por Corôa (1985), que propõe uma descrição semântica dos tempos verbais do português baseada nos trabalhos desenvolvidos pelo filósofo e matemático Reichenbach (1947), segundo o qual a principal característica dos morfemas temporais é a capacidade de relacionar três momentos, a saber: momento da fala, momento do evento e momento da referência, acerca dos quais discorreremos na terceira seção da presente dissertação.

Buscamos, outrossim, verificar a relação que se estabelece entre o presente do indicativo e os tipos de verbos (ação, processo, ação-processo e estado), com os argumentos de primeiro grau, que se apresentam na função de sujeito (agente, paciente, instrumental, causativo, objetivo, locativo, experimentador), e também com a pessoa (1ª, 2ª, 3ª) em que o sujeito se realiza.

Para a análise mencionada no parágrafo anterior, fundamentamo-nos nos pressupostos teóricos de Weinrich (1974), que divide as formas verbais em dois grupos distintos: as do mundo comentado e as do mundo narrado. De acordo com o

referido lingüista, os verbos ora são utilizados para comentar, ora para narrar. Os principais representantes desses grupos verbais são o presente, para o mundo comentado, e os pretéritos perfeito e imperfeito, para o “mundo narrado”.

Nossa hipótese com relação aos diversos valores semânticos assumidos pelo presente do indicativo, era de que, em entrevistas com enfoque no passado, haveria predominância de alguns valores em detrimento de outros.

Com relação aos tipos de verbos, nossa hipótese era a de que o verbo de estado seria o mais utilizado com o presente do indicativo. Essa suposição se fundou no fato de acreditarmos, com Weinrich (1974), que esse tempo verbal é o tempo do comentário por excelência. Do nosso ponto de vista, os verbos não-dinâmicos, ou seja, os estativos, seriam os que melhor se adaptariam à atitude comentadora; os dinâmicos, por outro lado, seriam os que melhor traduziriam a atitude narradora.

No que respeita ao argumento de primeiro grau, a hipótese era a de que haveria predominância de sujeito experimentador, já que é esse tipo de sujeito que experimenta um processo físico ou psíquico, ou seja, trata-se do depositário de um sentimento ou experimentador de uma sensação. Em suma, a nosso ver, esse era o tipo de sujeito que melhor se acomodaria à atitude do comentário.

Quanto à pessoa em que se realiza o sujeito, acreditávamos que haveria predominância da primeira pessoa (eu, nós, a gente), principalmente a do singular. Baseamos nossa hipótese nas idéias de Benveniste (1989), para quem a primeira pessoa é pessoa subjetiva; a segunda, pessoa não-subjetiva; e a terceira, não-pessoa. A pessoa que melhor traduziria a atitude comentadora seria a subjetiva.

Ressalte-se que, em virtude do alto índice de ocorrência dos pretéritos perfeito e imperfeito do indicativo nas entrevistas, resolvemos verificar a relação

estabelecida entre eles e os tipos de verbo, de sujeito e de pessoa, a fim de podermos comparar os resultados com os do presente do indicativo.

O trabalho divide-se em seis seções, entre as quais a presente introdução. Na segunda seção, apresenta-se uma caracterização geral da conversação. Além disso, esboçam-se algumas palavras sobre a língua falada em comparação à língua escrita.

Na terceira seção, procedemos a uma análise sobre os conceitos de tempo e de tempo verbal. Essa parte do trabalho é dedicada também à exposição dos trabalhos de Weinrich (1974) e de Corôa (1985), que, como dito anteriormente, alicerçam a pesquisa.

A quarta seção é destinada ao presente do indicativo, que é abordado sob duas perspectivas: gramatical e lingüística. Primeiramente, fazemos uma resenha acerca do que alguns manuais de gramática normativa nos apresentam sobre o tempo verbal em questão. Posteriormente, são apresentados os resultados de algumas pesquisas lingüísticas sobre esse tema.

A análise dos dados está exposta na quinta seção, em que apresentamos também o *corpus* com o qual trabalhamos, bem como descrevemos as variáveis utilizadas na análise em que verificamos as relações existentes entre o presente e os pretéritos perfeito e imperfeito e os tipos de verbo, de sujeito e de pessoa.

Finalmente, na sexta seção, denominada de considerações finais, traçamos algumas palavras em torno dos resultados obtidos em nossa análise, estabelecendo uma comparação entre eles e as hipóteses por nós formuladas.

2 A CONVERSAÇÃO

Em virtude de se constituir de um grande número de elementos pragmáticos, como pausas, hesitações, repetições, etc., o texto gerado por meio da atividade conversacional foi considerado por muito tempo como o lugar do caos. No entanto, com o surgimento da Análise de Conversação, na década de 1960, a língua falada passou a ser “olhada” sob outro prisma. Motivados pelo princípio básico de que todos os aspectos da ação e interação social podem ser examinados e descritos em termos de organização estrutural convencionalizada ou institucionalizada (MARCUSCHI, 2003), os estudos nessa área vêm buscando descrever as estruturas do texto conversacional, bem como seus mecanismos organizadores.

No Brasil, muitas pesquisas em torno da atividade conversacional vêm sendo desenvolvidas nos últimos anos, cabendo destaque especial para os estudos do Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Falada Culta (Projeto NURC), o qual possui núcleos em cinco capitais brasileiras, a saber: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife e Salvador.

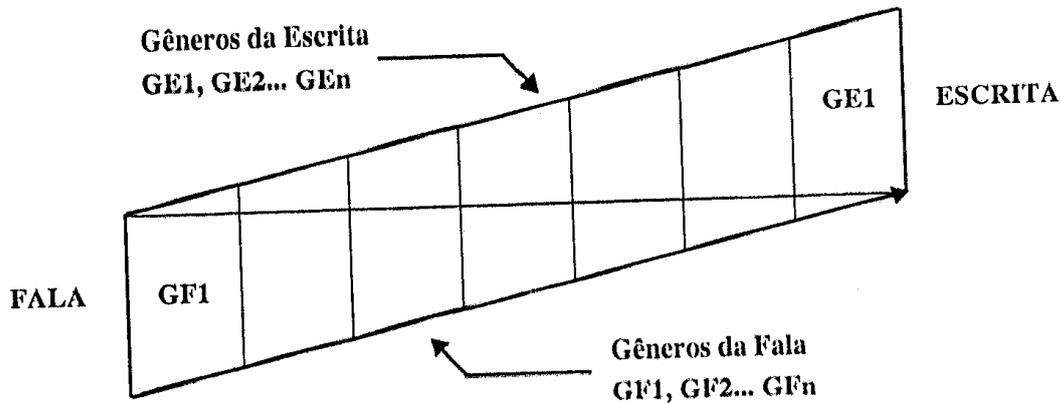
O presente capítulo tem por objetivo esboçar, a partir de reflexões desenvolvidas por pesquisadores participantes desse projeto, uma arquitetura geral da conversação, a fim de demonstrar que não se trata de um fenômeno anárquico e aleatório, mas altamente organizado. Primeiramente, traçam-se algumas palavras acerca de língua falada em comparação à língua escrita. Posteriormente, dá-se um panorama geral em torno da organização da atividade conversacional.

2.1 Língua falada e língua escrita

De acordo com Koch (2003), entre as características distintivas mais freqüentemente apontadas entre a língua falada e a escrita estão as seguintes:

FALA	ESCRITA
1. não-planejada	1. planejada
2. fragmentária	2. não-fragmentária
3. incompleta	3. completa
4. pouco elaborada	4. elaborada
5. predominância de frases curtas, simples ou coordenadas	5. predominância de frases complexas, com subordinação abundante
6. pouco uso de passivas, etc.	6. emprego freqüente de passivas, etc.

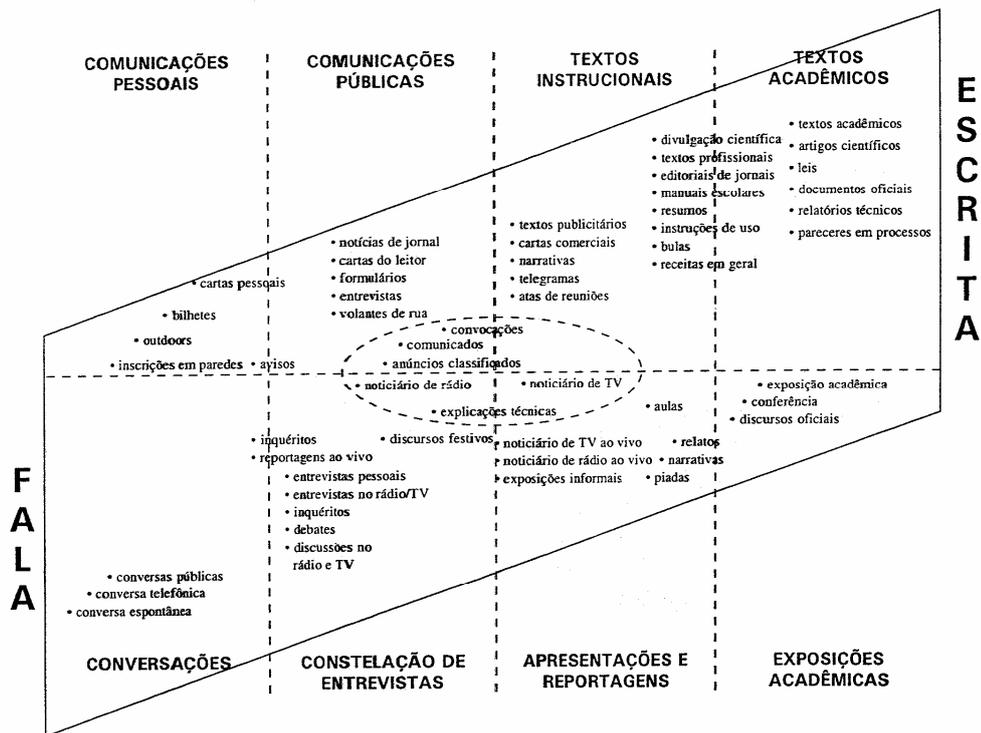
As características acima arroladas, no entanto, nem sempre podem ser tomadas como distintivas entre as duas modalidades, uma vez que há textos escritos que se aproximam muito da fala (peças de teatro e bilhetes, por exemplo), bem como falas que estão muito próximas da escrita (uma conferência, por exemplo). Segundo Marcuschi (2001, p. 37), “as diferenças entre fala e escrita se dão dentro do *continuum* tipológico das práticas sociais de produção textual e não na relação dicotômica de dois pólos opostos”, de modo que se deve pensar, quando se relacionam as duas modalidades, num conjunto de variações e não simplesmente numa variação linear. A fim de dar uma noção esquemática dessa postura, ele nos apresenta o seguinte gráfico:



o qual pode ser subdividido em dois domínios lingüísticos (fala e escrita) dentro dos quais se inserem os gêneros textuais (G). Observe-se que tanto a fala como a escrita se situam em dois contínuos: (1) na linha dos gêneros textuais (GF1, GF2... GFn e GE1, GE2... GEN); (2) na linha das características específicas de cada modalidade.

Com relação aos gêneros textuais, poder-se-ia dizer que GF1 representa uma conversação espontânea, uma espécie de protótipo da modalidade falada, enquanto que GE1 representa um artigo científico, que pode ser tomado como um protótipo da modalidade escrita. E, entre eles, situa-se uma série de textos produzidos nas mais diversas condições discursivas, os quais podem se entrecruzar sob muitos aspectos, vindo, inclusive, a constituir domínios mistos. Seria o caso, por exemplo, dos textos apresentados em noticiários de televisão, os quais, apesar de serem originalmente escritos, são recebidos pelo interlocutor por meio da fala.

Lançando-se os diversos tipos de gêneros textuais nesse gráfico, obter-se-ia a seguinte representação:



Analisando-se tal gráfico, verifica-se que serão encontradas menos diferenças na comparação de um bilhete (gênero escrito) com uma conversa espontânea (gênero falado) do que na de uma conversa telefônica (gênero falado) com um texto acadêmico (gênero escrito), visto que estes se encontram mais distantes no *continuum*, e aqueles, mais próximos. Uma conferência universitária (gênero falado), por sua vez, será muito mais semelhante aos textos escritos do que a uma conversa espontânea.

Embora nem sempre se possam estabelecer distinções entre as modalidades falada e escrita, conforme se pôde verificar, é possível destacar algumas características próprias da conversação, resultantes das condições de sua produção.

Primeiramente, pode-se afirmar que, em virtude de sua natureza interacional, ela é relativamente não-planejável de antemão. Ao contrário do que acontece com o texto escrito, em que o seu produtor dispõe de tempo para planejar o que vai

escrever, bem como para proceder a revisões, o texto falado se produz no próprio momento da interação face a face. Aqui, as fases de planejamento e execução¹ se dão concomitantemente, em tempo real, de modo a permitir que os interlocutores tenham acesso às estratégias de preparação do texto. Isso implica dizer que o texto falado apresenta-se em sua própria gênese, deixando a olho nu o seu próprio processo de construção. Dessa forma, observam-se, nesse tipo de texto, muitos cortes, interrupções, hesitações, correções, sobreposições, etc., o que nos leva a deduzir que, embora o sistema da língua falada seja o mesmo que o da escrita, as relações sintáticas são de outra ordem, conforme se verifica nas palavras de Marcuschi (2003, p. 62):

(...) tanto na produção oral como na escrita o sistema lingüístico é o mesmo para a construção das frases, mas as regras de sua efetivação bem como os meios empregados são diversos e específicos, o que acaba por evidenciar produtos lingüísticos diferenciados.

Em virtude de ser planejado localmente, o texto falado apresenta uma característica que lhe é muito peculiar: a fragmentação. A rapidez com que os interlocutores produzem o seu texto faz com que ocorram descontinuidades no fluxo informacional, reveladas por fenômenos como aqueles apontados no parágrafo anterior (correções, paráfrases, etc.). Aliás, essa é uma das características que geralmente têm sido apontadas como responsáveis pela aparente “desestruturação” do texto falado.

Além disso, na conversação, o texto não é produzido por um único interlocutor. Trata-se de uma atividade de co-produção discursiva, uma vez que a

¹ A linguagem é constituída de duas fases: uma fase de planejamento, considerada pré-verbal, na qual é selecionado o que vai ser dito num determinado ato de fala; e uma fase de execução, também chamada de fase verbal, em que são codificadas, por meio do léxico e da gramática, as idéias consideradas adequadas àquele ato de fala. (CASTILHO, 2002)

produção do texto se dá com a colaboração de todos os interlocutores envolvidos na conversação. Em suma, o texto falado é resultado de um processo de criação coletiva.

2.2 Organização geral da conversação

O texto conversacional constitui-se basicamente de quatro elementos: o turno, o par adjacente, o tópico discursivo e os marcadores conversacionais.

2.2.1 O turno e o par adjacente

Estruturalmente, a conversação é composta por uma sucessão de turnos, que podem ser definidos como “a produção de um falante enquanto ele está com a palavra, incluindo a possibilidade de silêncio” (FÁVERO *et al.*, 2000, p. 35), ou seja, o turno consiste em cada intervenção de um dos interlocutores no decorrer da interação, inclusive quando eles emitem breves sinais indicativos de acompanhamento do diálogo, como, por exemplo: *ahn ahn; sei; certo*.

Tendo em vista que, numa conversação, a troca de falantes recorre ou pelo menos ocorre, isto é, todos os interlocutores envolvidos numa interação devem necessariamente tomar a palavra pelo menos uma vez, pode-se afirmar que a tomada de turno é uma operação fundamental do processo conversacional. E, no que concerne a esse aspecto, cumpre observar que existem dois tipos de interações: as simétricas e as assimétricas.

Nas interações simétricas, os participantes do diálogo têm supostamente o mesmo direito ao uso da palavra, à escolha do tema e à decisão quanto ao seu

tempo de fala. Como protótipo desse tipo de interação, podem-se citar as conversas do dia-a-dia.

As interações assimétricas, por sua vez, constituem-se de diálogos em que um dos interlocutores tem o poder sobre a palavra, tendo o direito a iniciar, orientar, dirigir e concluir o diálogo. Como exemplos desse tipo de interação, podem-se citar as entrevistas, os inquéritos, as consultas, as palestras, as aulas, etc.

Embora se diga que, nas interações simétricas, existe democracia quanto ao uso da palavra, já que, em tese, todos os interlocutores têm o mesmo direito à palavra, sabe-se que isso não pode ser tomado como uma verdade incontestável, na medida em que diferenças de ordem socioeconômica e cultural podem deixar os participantes de um diálogo em diferentes condições de participação.

Além disso, deve-se frisar que, nesse tipo de interação, não é possível fazer uso da palavra a qualquer momento. Deve-se seguir a regra básica que se coloca para o bom andamento de qualquer tipo de conversação: cada falante deve esperar sua vez de falar. Isso significa que os falantes devem esperar um momento oportuno para a transição do turno, o qual pode ser indicado por marcas como pausas, hesitações, entonações características, uso de marcadores conversacionais, etc., na fala de quem está com a palavra. O atual detentor do turno pode também escolher o falante seguinte, no caso de uma conversação com três ou mais participantes.

Há momentos na interação, no entanto, em que essa regra básica não é seguida. Trata-se de situações em que um dos interlocutores invade o turno do outro, sem que sua intervenção tenha sido solicitada. A essa estratégia de tomar o turno sem o consentimento de quem está com a palavra, dá-se o nome de *assalto ao turno*. Nessas situações, normalmente, ocorre o fenômeno da sobreposição de

vozes, que consiste na fala simultânea de dois (ou mais) interlocutores, até que um deles desista e deixe o outro na posse do turno.

Como se pode ver, a conversação consiste numa série de turnos emparelhados, os quais constituem uma seqüência de movimentos cooperativos. Entre essas seqüências, algumas são altamente padronizadas quanto à sua estruturação. Devido ao tipo de relações que se estabelecem entre elas, tais seqüências foram denominadas de pares adjacentes.

Nas palavras de Koch (2003, p. 80), pares adjacentes, também chamados de pares conversacionais, são “conjuntos de dois turnos em que a produção do primeiro membro acarreta a do segundo, ou seja, o primeiro condiciona a realização do segundo”. Segundo alguns pesquisadores, são os pares adjacentes que constituem a unidade da conversação, e não os turnos (CASTILHO, 2002).

Os pares adjacentes mais comuns são:

- pergunta/resposta;
- ordem/execução;
- convite/aceitação ou recusa;
- cumprimento/cumprimento;
- despedida/despedia;
- xingamento/defesa ou revide;
- acusação/defesa ou justificativa;
- pedido de desculpa/perdão.

A relação entre os pares adjacentes aponta para uma subordinação pragmática, uma vez que a ocorrência de um turno-pergunta, por exemplo, obriga necessariamente que ocorra um turno-resposta. Diferentemente do que ocorre no domínio da sintaxe, não há dispositivos formais que assinalem a subordinação; no

entanto, existe entre os pares adjacentes uma relação de dependência, mesmo que firmada no domínio da interação, que não pode deixar de ser notada.

2.2.2 O tópico conversacional

Quando duas pessoas ou mais estão conversando, estão sempre abordando um ou mais de um assunto, mesmo quando elas estão “jogando conversa fora”. A esse assunto, que pode ser delimitável no texto conversacional, convencionou-se denominar *tópico conversacional*. O tópico conversacional é, pois, em sentido amplo, aquilo sobre o que se fala. Segundo Fávero *et al.* (2000, p. 37), trata-se de “um elemento estruturador da conversação, pois os interlocutores sabem quando estão interagindo dentro de um mesmo tópico, quando mudam, cortam, retomam ou fazem digressões”.

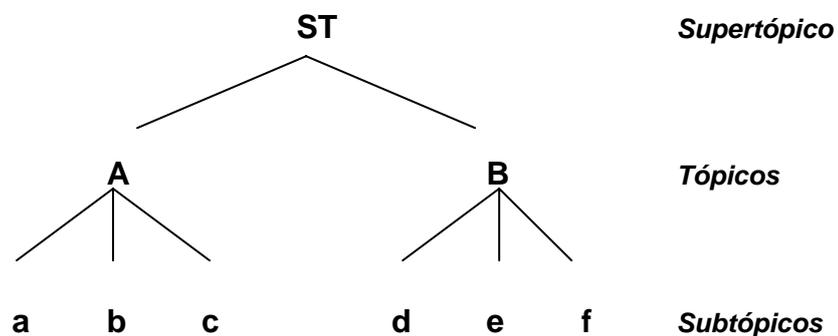
O fato de o tópico conversacional se estabelecer dentro de um determinado contexto em que dois ou mais falantes negociam o assunto de sua conversação poderia sugerir que o tópico se estabelece claramente, inclusive através de marcas lingüísticas. No entanto, cumpre observar que, muitas vezes, não é fácil identificar um tópico conversacional de modo explícito, já que ele pode vir pressuposto.

O tópico conversacional apresenta as seguintes propriedades, de acordo com Fávero *et al.* (2000, p. 39):

- a) Centração: O tópico se resume basicamente em falar-se sobre alguma coisa, o que implica a utilização de referenciais explícitos ou inferidos. Assim, pode-se afirmar que o tópico é uma questão de conteúdo, o qual se encontra na

dependência de um processo colaborativo que envolve os participantes de uma interação.

- b) **Organicidade:** Trata-se de uma relação de interdependência estabelecida entre três unidades: o supertópico (unidade mais ampla), os tópicos (unidades intermediárias) e os subtópicos (unidades menores). Tal relação instaura-se em dois planos: 1) seqüencial (distribuição na seqüência horizontal, diz respeito à relação de continuidade/descontinuidade entre os tópicos e os subtópicos sucessivos); e 2) hierárquico (distribuição na seqüência vertical, concerne à relação entre as unidades maiores e menores). Esquemmatizando-se:



- c) **Delimitação local:** O tópico é delimitado potencialmente por início, desenvolvimento e conclusão, embora nem sempre as marcas dessa delimitação sejam evidentes. Essas marcas podem ser classificadas em:
- **Lingüísticas:** marcadores conversacionais, elementos prosódicos, mecanismos de conclusão, etc.
 - **Discursivas:** implicatividade entre os turnos, perguntas feitas pelo interlocutor, etc.

2.2.3 Os marcadores conversacionais

Muito freqüentes nos textos conversacionais, os marcadores conversacionais são segmentos discursivos que funcionam como articuladores da conversação. Podem se constituir tanto de elementos verbais como paralingüísticos.

Representados por uma variada gama de palavras, sintagmas, expressões estereotipadas, orações e expressões não-lexicalizadas (*aha; ué*), os marcadores verbais podem ser subdivididos em quatro grupos, segundo Marcuschi (*apud FÁVERO et al.*, 2000):

- a) Marcador simples: Apresenta uma única palavra (interjeição, advérbio, verbo, adjetivo, etc.).

Exemplos: *agora, então, aí, entende, olha, mas, exatamente.*

- b) Marcador composto: De caráter sintagmático, tende à cristalização.

Exemplos: *aí depois, então daí, e então, tudo bem mas.*

- c) Marcador oracional: Formado por pequenas orações que se apresentam em diversos tempos e formas verbais ou modos oracionais.

Exemplos: *eu acho que, então eu acho, quer dizer, sim mas me diga.*

- d) Marcador prosódico: Realiza-se através de recursos prosódicos, como a entonação, a pausa, a hesitação, o tom de voz, etc.

Cumpra observar que os marcadores prosódicos, também denominados de supra-segmentais, têm caráter não-verbal, a despeito de sua natureza lingüística.

Os marcadores paralingüísticos, ou não-lingüísticos, que correspondem a risos, olhares, gestos, exercem uma importante função na interação entre os interlocutores, uma vez que servem para estabelecer, manter e regular o contato entre eles.

Em resumo, os marcadores conversacionais servem para monitorar a fala, sendo geralmente desprovidos de conteúdo semântico, o que, conseqüentemente, os torna irrelevantes para o processamento do assunto, porém altamente relevantes para a manutenção da interação (CASTILHO, 2002).

3 O TEMPO

Entidade difícil de se definir, o tempo vem sendo objeto de reflexão há vários séculos. Aristóteles, no capítulo V da *Poética*, o analisa como um fenômeno físico, natural, cósmico (*apud* NUNES, 2000). Ao comparar a tragédia com a epopéia, o filósofo afirma que a diferença entre elas reside em sua extensão. Enquanto a tragédia deve limitar-se, tanto quanto possível, ao período de uma única revolução do Sol, ou seja, ao período de um dia, a epopéia tem duração ilimitada.

Santo Agostinho (1999), por sua vez, estuda-o não como um fenômeno de suporte cosmológico, mas sim como um fenômeno que ocorre no espírito humano, na mente:

O que agora claramente transparece é que nem há tempos futuros nem pretéritos. É impróprio afirmar que os tempos são três: pretérito, presente e futuro. Mas talvez fosse próprio dizer que os tempos são três: presente das coisas passadas, presente das presentes, presente das futuras. Existem, pois, estes três tempos na minha mente que não vejo em outra parte: lembrança presente das coisas passadas, visão presente das coisas presentes e esperança presente das coisas futuras. Se me é lícito empregar tais expressões, vejo então três tempos e confesso que são três (Livro XI, capítulo 20, p. 327).

Como se vê nessas palavras, para Santo Agostinho, não é possível afirmar que há três tempos (passado, presente e futuro), uma vez que, na realidade, o que existe são três modalidades de presente: o presente do passado, que corresponde à memória; o presente do presente, que é o olhar; e o presente do futuro, que concerne à esperança. Trata-se de três presentes que se manifestam no espírito.

Muitas outras reflexões foram desenvolvidas em torno da questão do tempo, além das expostas neste pequeno intróito. É objetivo deste capítulo apresentar algumas delas.

Num primeiro momento, serão traçadas algumas palavras em torno de alguns conceitos de tempo, principalmente aqueles de cunho lingüístico. Em seguida, falaremos especificamente sobre o tempo verbal. Em virtude de ser a base de suporte desta pesquisa, posteriormente será dada atenção especial aos trabalhos de Reichenbach (1947) e de Weinrich (1974), cujas teorias serão expostas nos dois últimos itens da seção. No item que abordará a teoria de Reichenbach, será exposto ainda o resultado da pesquisa de Corôa (1985) acerca dos tempos verbais do português.

3.1 Os conceitos de tempo

A primeira noção que surge em nossa mente quando se evoca a palavra tempo é a de que se trata de um conceito que reflete a linearidade presente, passado e futuro. Essa é a noção ingenuamente generalizada pela maioria das gramáticas tradicionais, o que pode ser facilmente verificado nas palavras de Cunha (2001) ao definir o termo:

Tempo é a variação que indica o momento em que se dá o fato expresso pelo verbo. Os três tempos naturais são o presente, o pretérito (ou passado) e o futuro, que designam, respectivamente, um fato ocorrido no momento em que se fala, antes do momento em que se fala e após o momento em que se fala (p. 381).

No entanto, a noção de tempo ultrapassa essa simples linearidade postulada pela gramática tradicional. De acordo com Benveniste (1989), há três conceitos distintos de tempo: tempo físico, tempo crônico e tempo lingüístico.

O tempo físico pode ser considerado a medida do movimento exterior das coisas. Trata-se do tempo da natureza, que pode ser entendido como um *continuum*

em que se sucedem eventos, estados e ações. Nas palavras do próprio autor, trata-se de “um contínuo uniforme, infinito, linear, segmentável à vontade” (BENVENISTE, 1989, p. 71). Esse tempo concerne ao tempo marcado, por exemplo, pelo movimento dos astros, o qual determina a existência de dias, anos, séculos, etc.

Já o tempo crônico diz respeito ao tempo dos acontecimentos, que engloba inclusive nossa própria vida. Fundamento da vida das sociedades humanas, esse tempo tem sua demarcação baseada em movimentos naturais recorrentes, como, por exemplo, alternância do dia e da noite, trajeto visível do sol, fases da lua, movimentos das marés, etc., podendo ser representado de diversos modos: segundo, minuto, hora, dia, mês, ano, século. Em suma, trata-se do tempo do calendário.

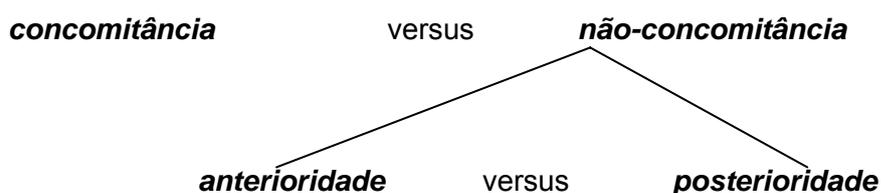
A definição de tempo mais complexa diz respeito ao tempo lingüístico. Para Benveniste (1989), esse tempo se mostra irreduzível tanto ao tempo físico como ao crônico. Segundo ele, “uma coisa é situar um acontecimento no tempo crônico, outra coisa é inseri-lo no tempo da língua” (p. 74).

De acordo com esse lingüista francês, o que torna o tempo lingüístico singular é o fato de ele estar ligado ao exercício da fala, já que ele tem o seu centro, ao mesmo tempo gerador e axial, no presente da instância da fala. Nas palavras de Fiorin (1999, p. 142), ao discutir essa questão, toda vez que um interlocutor toma a palavra, ele “instaura um *agora*, momento da enunciação. Em contraposição ao *agora*, cria-se um *então*. Esse *agora* é, pois, o fundamento das oposições temporais da língua”.

Esse tempo presente sinaliza a contemporaneidade entre o evento narrado e o momento da enunciação. Dessa forma, enquanto função do discurso, ele não pode se situar em nenhuma divisão particular do tempo cronológico, uma vez que admite

a todas e, ao mesmo tempo, não exige nenhuma. Em outras palavras, o presente lingüístico, tempo do *agora*, é reinventado cada vez que o interlocutor enuncia, pois cada momento de fala diz respeito a um momento novo, ainda não vivido (BENVENISTE, 1989), de forma que se pode afirmar que se trata de um tempo que se desloca à medida que o discurso progride, e que, por isso, permanece sempre presente.

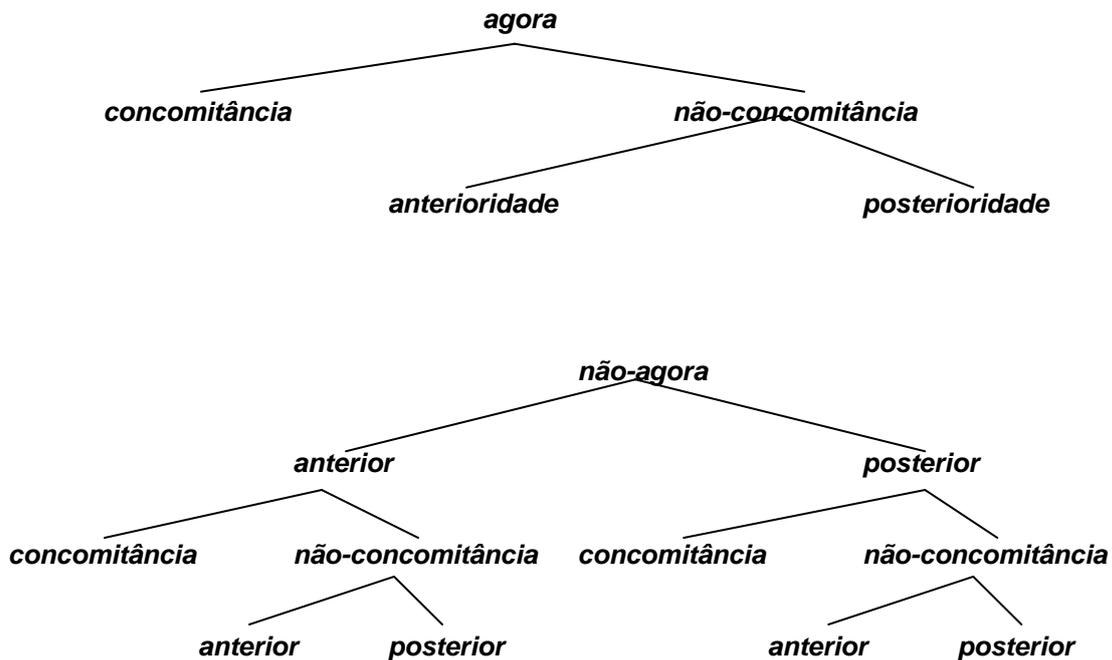
Segundo Fiorin (1999), o *agora* constitui um eixo que ordena a categoria *concomitância* versus *não-concomitância*. Este, por sua vez, articula-se em duas novas categorias: *anterioridade* versus *posterioridade*. Esquemmatizando-se:



Isso o leva a concluir que todos os tempos estão intrinsecamente ligados à enunciação. A partir dessas categorias, criam-se três momentos de referência: presente, passado e futuro. O momento de referência presente concerne ao *agora*, na medida em que coincide com o momento da enunciação. Já os momentos de referência passado e futuro indicam, respectivamente, anterioridade e posterioridade ao momento da enunciação.

Esse estudioso da linguagem afirma, ainda, que a temporalidade lingüística ordena as relações de sucessividade entre os eventos representados em um texto, mostrando quais são concomitantes e quais são posteriores, de forma que a categoria *concomitância* versus *não-concomitância* se aplica novamente a cada um

dos momentos de referência especificados no parágrafo anterior (passado, presente, futuro). A partir disso, deduz-se que há um tempo que indica concomitância ao presente, anterioridade ao presente, posterioridade ao presente, e assim por diante. Esse jogo de articulações temporais pode ser esquematizado da seguinte forma:



Dessa forma, para Fiorin (1999), o tempo lingüístico pode ser estabelecido por três momentos significativos, a saber: momento da enunciação (MEn); momento de referência (MR), que pode ser presente, passado ou futuro; e momento do acontecimento (MAc), que pode ser concomitante, anterior ou posterior a cada um desses momentos de referência.

Para Fiorin (2003, p. 167), portanto, o tempo lingüístico “marca se um acontecimento é concomitante, anterior ou posterior a cada um dos momentos de referência (presente, passado e futuro), estabelecidos em função do momento da enunciação”.

Geralmente, supõe-se que essa repartição tripartida do tempo em presente, passado e futuro seja uma característica universal da linguagem humana. Lyons (1979) afirma que isso não é verdade, na medida em que essa oposição não se manifesta em todas as línguas. Além disso, naquelas línguas em que essa tripartição é gramaticalizada, a oposição não é necessariamente temporal.

Para esse lingüista, o tempo diz respeito a uma categoria dêitica, pois “relaciona o tempo da ação, do acontecimento ou do estado referidos na frase ao momento do enunciado, que é ‘agora’” (LYONS, 1979, p. 320).

Partindo de tal concepção, chega-se a um contraste entre passado e não-passado. Este concerne ao que é contemporâneo ou posterior ao momento do enunciado, podendo expressar, além disso, afirmações de fatos atemporais ou eternos, bem como afirmações que se referem ao futuro (“depois de agora”). Aquele diz respeito ao que é anterior ao momento do enunciado, ou seja, refere-se ao “antes de agora”.

Com relação ao futuro, Lyons (1979) afirma tratar-se mais de uma questão de modo que de tempo.

O pensamento de Lyons (1979) poderia nos levar a questionar a universalidade da categoria tempo. No entanto, Comrie (1990) afirma que qualquer cultura apresenta o conceito de tempo. O que falta a muitas culturas, na realidade, é uma conceptualização de progresso, conforme se verifica em suas palavras:

O que é verdadeiro acerca de muitas culturas, entretanto, é que elas parecem carecer de uma conceptualização de progresso, isto é, em muitas culturas admite-se como verdadeiro que hoje será o mesmo que ontem, e que amanhã, ou mesmo o dia situado a cinquenta anos, a partir de hoje, no futuro, será o mesmo que hoje. Realmente, a idéia de mudanças qualitativas associadas ao movimento do tempo é provavelmente uma manifestação recente até mesmo no

pensamento ocidental: certamente não era característica da maioria dos povos europeus na Idade Média (p. 4).²

Segundo Comrie (1990), a afirmação de que há culturas que não possuem um conceito de tempo baseia-se simplesmente no fato de que existem línguas que não possuem mecanismos gramaticais para expressar a localização no tempo, ou seja, tempos verbais. Segundo o autor, aceitar tal concepção seria o mesmo que afirmar que falantes de línguas em que não há distinção de gênero gramatical têm uma concepção radicalmente diferente de sexo daquela que têm os falantes de línguas em que tal categoria se manifesta.

O pensamento mais comum entre os lingüistas em torno da concepção de tempo é aquele colocado por Santos (*apud* CORÔA, 1985), que distingue três tipos de tempo: cronológico, psicológico e gramatical.

O tempo cronológico se caracteriza por um ponto em contínuo deslocamento em direção ao futuro, com duração constante, uniforme e irreversível.

O tempo psicológico, em virtude de existir em função do mundo interno do indivíduo, é caracterizado por não possuir duração constante nem uniforme. Trata-se de um tempo que pode retroceder, adiantar-se, diminuir o ritmo, etc., ou seja, de um tempo sem direção, um tempo descontínuo, sem início e sem fim.

O tempo gramatical corresponde àquele que, em português, se caracteriza por um radical acrescido de morfemas modo-temporais, ou seja, pelas formas que representam o paradigma da conjugação verbal.

Conforme se verifica pelas reflexões acima, ao se falar de tempo, não se pode enquadrá-lo num único conceito, tendo em vista que se trata de uma entidade

² Tradução nossa: "What is true of many cultures, however, is that they seem to lack any conceptualization (sic) of progress, i.e. in many cultures it is taken for granted that today will be much the same as yesterday, and that tomorrow, or indeed the day fifty years into the future from today, will be much the same as today. Indeed, the idea of major qualitative changes associated with the movement of time is probably a quite recent development even in Western thought: it was certainly not characteristic of most Europeans during the Middle Ages."

conceitualmente múltipla, isto é, uma entidade plural, não singular. Apesar disso, não se pode negar que, subjacentes aos diversos conceitos de tempo aqui expostos, encontram-se as noções de ordem, duração e direção, independentemente do mundo em que se estabelecem as relações entre os acontecimentos: mundo físico, cronológico, psicológico ou lingüístico.

3.2 O tempo verbal

Como já dito anteriormente, a primeira noção evocada pela palavra tempo é a de que ele reflete a linearidade passado-presente-futuro. Embora se trate de uma concepção um tanto quanto simplista, é ela que geralmente subjaz à maioria das gramáticas de muitas línguas, quando estas abordam o tempo verbal, categoria utilizada para representar o tempo do mundo, seja ele físico, cronológico ou psicológico.

Primeiramente, deve-se observar que nem todas as línguas marcam essa distinção entre tempo verbal e tempo do mundo. No inglês, por exemplo, existe *tense* para designar tempo verbal e *time* para o tempo do mundo; em alemão, *Tempus* se contrapõe a *Zeit*: este referindo-se ao tempo do mundo; aquele, ao tempo verbal. Já o português usa um único termo para designar ambas as concepções: *tempo*, o que poderia nos levar a considerar, equivocadamente, que a seqüência temporal representada pelo tempo verbal reflete as relações reais de tempo. Tal equívoco pode facilmente ser desfeito a partir da análise do uso do presente do indicativo nos exemplos que seguem:

(1) Paulo **faz** 20 anos hoje.

(2) Quando ele vier aqui, eu **falo** com ele.

Em (1), há uma correspondência entre o tempo verbal e o tempo do evento descrito, ou seja, ambos concernem ao presente. Já em (2), verifica-se que tempo verbal e tempo do evento não correspondem: o tempo verbal em destaque é o presente do indicativo; no entanto, o tempo do evento é futuro.

Os tempos verbais podem, ainda, determinar outras marcações temporais, como por exemplo: (a) um evento cuja realização se iniciou no passado e perdura até o presente; (b) uma situação que abrange todos os tempos (onitemporalidade).

Além disso, não é em todo sistema lingüístico que se marca a distinção entre presente, passado e futuro de forma tão nítida. Há línguas, por exemplo, que não possuem um paradigma verbal futuro semelhante ao das línguas românicas. É o caso do finlandês, do húngaro, do alemão e do russo, em que o futuro pode ser expresso pela forma verbal do presente ou ser não-marcado.

Os tempos verbais podem ser marcados tanto morfológica como sintaticamente. No primeiro caso, eles são marcados pelo acréscimo de morfemas específicos a um radical, denominado de morfema lexical. Um exemplo desse tipo de marcação é o futuro do presente do indicativo do verbo *andar* do português: *andarei*, que pode ser segmentado da seguinte forma:

/and-/: morfema lexical;

/-a/: vogal temática indicativa de verbo pertencente à 1ª conjugação verbal;

/-re/: morfema flexional indicativo de tempo e modo;

/-i/: morfema flexional indicativo de número e pessoa.

Sintaticamente, a marcação pode ser feita por meio de tempos compostos (*tenho andado*) ou de auxiliares (*vou andar*).

No entanto, cumpre observar que não são todas as línguas que marcam o tempo por meio de marcas gramaticais no verbo. É o caso, por exemplo, de muitas línguas indígenas, que determinam a marcação temporal por meio de oposições como *mais cedo/mais tarde*, *agora/não agora*, ou então por meio da duração ou continuação dos estados das coisas. Embora esse último tipo de marcação tenha mais a ver com aspecto, não se pode negar que existe aí a presença da concepção de tempo; trata-se apenas de uma visão distinta daquela dos falantes das línguas românicas.

Não se pode deixar de lembrar, aqui, que, ao lado da noção de tempo, os tempos verbais carregam em si outras duas noções: a de modo e a de aspecto.

O modo pode ser definido como “a indicação da atitude do falante em relação ao que diz; a explicitação de sua atitude face à situação que exprime numa proposição; a expressão do julgamento do locutor sobre o que diz” (TRAVAGLIA, 1991, p. 78). O indicativo, por exemplo, exprime uma atitude de certeza por parte do falante em relação àquilo que enuncia. O subjuntivo, ao contrário, expressa uma atitude de incerteza ou dúvida.

De acordo com Mattoso Câmara (1982, p. 98), não há como confundir tempo e modo, uma vez que este concerne a “um julgamento implícito do falante a respeito da natureza, subjetiva ou não, da comunicação que faz” e aquele “se refere ao momento da ocorrência do processo, visto do momento da comunicação”.

O aspecto, segundo Travaglia (1991), pode ser definido como uma categoria não-dêitica por meio da qual se marca a duração de um evento e/ou de suas fases, ou seja, ele se refere ao tempo interno de realização de um evento.

Silva (2002, p. 21) afirma que o aspecto “é uma propriedade apenas da sentença, referindo-se à constituição interna do desenvolvimento temporal, ou seja, diz respeito não à localização de uma ação, processo ou estado no tempo, mas sim ao seu contorno ou distribuição temporal”. Em resumo: o aspecto pode ser visto como o modo como se realiza a ação verbal, podendo ser ele durativo, iterativo, pontual ou terminativo.

Muito há para se falar sobre tempo, modo e aspecto, os três valores subjacentes ao tempo verbal. No entanto, não é nosso objetivo, aqui, nos aprofundarmos em tal questão. Acreditamos que o que se encontra exposto neste item, ainda que de forma um tanto quanto sucinta, seja suficiente para demonstrar a complexidade que cerca as reflexões em torno desse tema.

3.3 A teoria de Reichenbach

Em sua obra *Elements of Symbolic Logic*, no capítulo em que trata das propriedades lógicas dos tempos verbais, Reichenbach (1947) aponta como principal característica dos morfemas temporais (*tenses*) do inglês a capacidade de estabelecer relação entre três momentos (ou pontos, nas palavras do autor) que são estruturalmente relevantes para sua compreensão: o momento da fala (doravante MF); o momento do evento (doravante ME); o momento da referência (doravante MR).

O primeiro momento corresponde ao tempo do ato de fala, ou seja, ao momento da enunciação; o segundo, ao momento da realização da ação expressa pelo verbo, ou seja, ao intervalo de tempo em que ocorre o processo, a ação, o evento ou o estado descritos pelo verbo. O terceiro momento, por sua vez, concerne

a um conceito mais abstrato; trata-se de um ponto de vista temporal transmitido pelo locutor a seu interlocutor. Para melhor entendermos esses três conceitos, principalmente o de MR, vejamos o seguinte exemplo:

(3) Quando Joana chegou a sua casa, Paulo já havia partido.

Como se pode verificar, o ato de partir (ME) é anterior ao ato de chegar (MR), o qual é anterior ao MF (o momento em que essa frase foi enunciada). Em suma: o pretérito mais-que-perfeito situa o ME antes do MR, que, por sua vez, situa-se antes do MF. De acordo com Reichenbach, esse tempo verbal corresponde à seguinte representação, na qual os traços significam anterioridade:

ME – MR – MF

Para esclarecer os fatos ligados aos tempos verbais, Reichenbach (1947) se apoiou na teoria do tempo relativo, elaborada por Einstein, para quem o tempo é definido a partir da relação com um observador, o que faz com que ele não possua um caráter unidirecional irreversível. Isso nos leva a afirmar que a percepção de um mesmo intervalo de tempo pode ser distinta para diferentes observadores. Nas palavras de Corôa (1985, p. 31):

(...) num mundo de tempo relativo, cada coisa tem, num certo sentido, seu presente próprio e há pontos isolados de devir. Só podemos efetuar as ligações entre os presentes dos vários objetos recorrendo a convenções: uma descrição no presente para A pode não o ser para X, mas a ordem dos eventos se mantém com respeito aos referenciais.

Foi a presença do observador, dentro de um espaço e tempo contínuo e limitado, a partir do qual se estabelece uma relação com outros indivíduos contiguamente presentes, que gerou os pontos temporais: MF, ME e MR.

No sistema proposto por Reichenbach (1947), um mesmo evento pode ser visto de diversas perspectivas: de um ponto de vista passado, presente ou futuro. O ME pode ser anterior, posterior ou coincidir com o MR; este, por sua vez, pode ser anterior, posterior ou coincidir com o MF.

Fazendo uso dos três momentos, Reichenbach (1947) propôs nove representações formais para todos os tempos verbais do inglês. São elas:

Estrutura	Novo nome	Nome tradicional
E – R – F	Passado Anterior	Past Perfect
E , R – F	Passado Simples	Simple Past
E – F , R	Presente Anterior	Present Perfect
F , R , E	Presente Simples	Present
F , R – E	Presente Posterior	Simple Future
F – E – R F , E – R E – F – R	Futuro Anterior	Future Perfect
F – R , E	Futuro Simples	Simple Future

As legendas têm os seguintes significados: E corresponde a evento; R, a referência; e F, a fala. Os traços representam anterioridade e as vírgulas, simultaneidade.

Verifica-se, nesse sistema, que um mesmo evento pode ser visto de um ponto de vista passado, presente ou futuro. O MR pode ser anterior, posterior ou coincidir com o MF. O ME pode ser anterior, posterior ou coincidir com o MR.

Baseada nos estudos de Reichenbach (1947), Corôa (1985) propôs uma interpretação semântica para os tempos verbais do português. Segundo ela, os três momentos estabelecidos pelo referido autor podem ser definidos da seguinte forma:

Momento do Evento (ME): é o momento em que se dá o evento (processo ou ação) descrito; é o tempo da predicação.

Momento da Fala (MF): é o momento da realização da fala; o momento em que se faz a enunciação sobre o evento (processo ou ação); é o tempo da comunicação.

Momento de Referência (MR): é o tempo da referência; o sistema temporal fixo com respeito ao qual se define simultaneidade e anterioridade; é a perspectiva do tempo relevante, que o falante transmite ao ouvinte, para a contemplação do ME (p. 42).

A autora busca atribuir a cada tempo verbal do português uma definição única e não-ambígua. As definições centram-se basicamente na interpretação fornecida pelo morfema modo-temporal do verbo, não levando em conta nem a interação do verbo com o adjunto temporal, nem a utilização de auxiliares na gramaticalização do tempo.

Corôa (1985) busca estabelecer representações desvinculadas da identificação dos momentos com intervalos concretos de tempo. Sua preocupação reside, segundo Longo (1990), em verificar quais possibilidades matemáticas de combinações dos momentos estão gramaticalizadas na língua portuguesa, de modo que suas definições resultam da análise de oposições funcionais no sistema lingüístico.

O fato de se aceitar a não-concretude dos momentos elimina a necessidade de uma interpretação derivada do contexto, uma vez que, partindo de tal hipótese, pode-se considerar que a localização dos momentos está contida nos próprios morfemas modo-temporais.

Assim, libertada da necessidade de vincular a localização dos momentos a elementos concretos, Corôa (1985) apresenta a seguinte proposta de definições para os tempos verbais do português:

Tempo Verbal	Representação
Presente	ME , MF , MR
Imperfeito	ME , MR – MF
Perfeito	ME – MF , MR
Mais-que-perfeito	ME – MR – MF
Futuro do Presente	MR , MF – ME
Futuro do Pretérito	MR – MF – ME
Futuro do Presente Composto	MF – ME - MR

É interessante observar que a autora distingue temporalmente o pretérito perfeito do imperfeito. Para ela, mesmo que a principal distinção entre esses tempos verbais seja de natureza aspectual, não se pode negar a existência de uma distinção também de natureza temporal. Segundo ela, ao utilizar o imperfeito, o locutor se coloca numa perspectiva passada e de lá contempla o evento em pleno desenvolvimento. Diferentemente, ao fazer uso do perfeito, o locutor vê um fato ocorrido no passado a partir da perspectiva do momento da enunciação.

Ressalte-se que as definições propostas por Corôa (1985) poderiam apresentar problemas para os casos de *transporte de cena*, quando se tenta estabelecer uma regra de interpretação para sentenças que fazem uso do presente histórico. No entanto, a lingüista resolve tal questão concebendo que os momentos não podem ser considerados simplesmente como momentos únicos e indivisos; trata-se de conjuntos de pontos, ou seja, de intervalos de tempo. Partindo de tal posição, ela consegue explicar satisfatoriamente o uso dos diversos tipos de presente por ela analisados. Segundo a autora, para que MF, MR e ME sejam considerados simultâneos, não há necessidade de haver uma coincidência extensional entre eles; basta que haja apenas um ponto de coincidência. Em suas próprias palavras:

Embora estejamos tratando MF, ME e MR como momentos únicos e indivisos, nada nos impede de teoricamente considerá-los conjuntos de momentos. Tal posição nos permite aceitá-los como simultâneos apenas parcialmente. Assim, quanto maior for o número de momentos de cada conjunto que coincida com os momentos dos outros conjuntos, mais realçada fica a qualidade de presente. (p. 48)

Assim, no caso do presente histórico, o MR se desloca para o passado, abrangendo-o de tal forma que tanto o MF como o ME acabam se incluindo no MR. Em outras palavras: há pontos do conjunto do ME que coincidem com pontos do conjunto do MR; por sua vez, há pontos do conjunto do MF que coincidem com pontos do conjunto do MR. Verifica-se, dessa forma, que não há necessariamente pontos em comum entre ME e MF. No entanto, ambos têm pontos em comum com o MR, o que nos leva à seguinte analogia: se [ME , MR] e [MF , MR], logo [ME , MF]; a partir da qual chegamos à conclusão de que ME, MF e MR são simultâneos também nos casos em que o presente é utilizado para indicar passado.

Num primeiro momento, poderíamos dizer que todas as representações formais apresentadas por Corôa (1985) conseguem dar conta do emprego de todos os tempos verbais simples do indicativo do português, no que diz respeito à localização do ME em relação ao MF: no presente, o ME é sempre simultâneo ao MF; no passado, sempre anterior; e no futuro, sempre posterior. No entanto, contrariando a proposta da autora, veremos mais adiante, quando formos tratar do uso do presente com valor de futuro, que nem sempre o ME coincide com o MF no caso do presente do indicativo.

3.4. A teoria de Weinrich

Segundo Weinrich (1974), a principal função dos tempos verbais não é localizar um evento, um estado, uma ação, no tempo cronológico, mas sim situar o interlocutor no processo comunicacional. Baseado no texto literário francês³, esse lingüista examina os tempos verbais a partir de três dimensões:

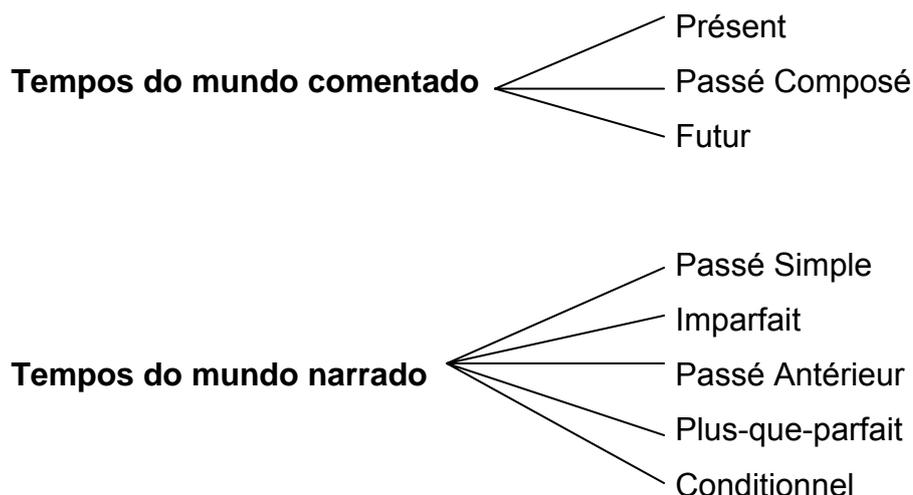
1. atitude comunicativa;
2. perspectiva de locução;
3. e relevo.

3.4.1 A atitude comunicativa

De acordo com Weinrich (1974), há dois tipos de atitudes comunicativas: a do comentário e a da narração. Como, em cada uma dessas situações, há a

³ A fim de sustentar seu posicionamento, Weinrich também trabalha com exemplos extraídos de textos literários produzidos em outros idiomas, como o italiano, o espanhol, o inglês, o alemão e o latim.

predominância de um determinado grupo temporal, ele estabelece, assim, dois grupos distintos de tempos verbais: os tempos verbais do mundo comentado e os tempos verbais do mundo narrado. Segundo ele, no francês, os verbos se distribuem da seguinte forma:



Ao utilizar os verbos do mundo comentado, o locutor se responsabiliza por aquilo que enuncia, ou seja, há uma adesão mais forte do locutor em relação ao seu enunciado. Na medida em que o locutor se compromete com o seu discurso, ele conduz o seu interlocutor a uma atitude mais receptiva, engajada, atenta, o que faz com que haja uma tensão maior entre os interlocutores envolvidos na situação comunicativa.

Segundo o lingüista, o principal tempo verbal do mundo comentado é o presente. Aliás, é justamente por se inserir no mundo comentado que esse é o tempo verbal predominante nas manchetes de jornal, embora, muitas vezes, o fato a ser discutido tenha ocorrido no passado ou venha a acontecer no futuro.

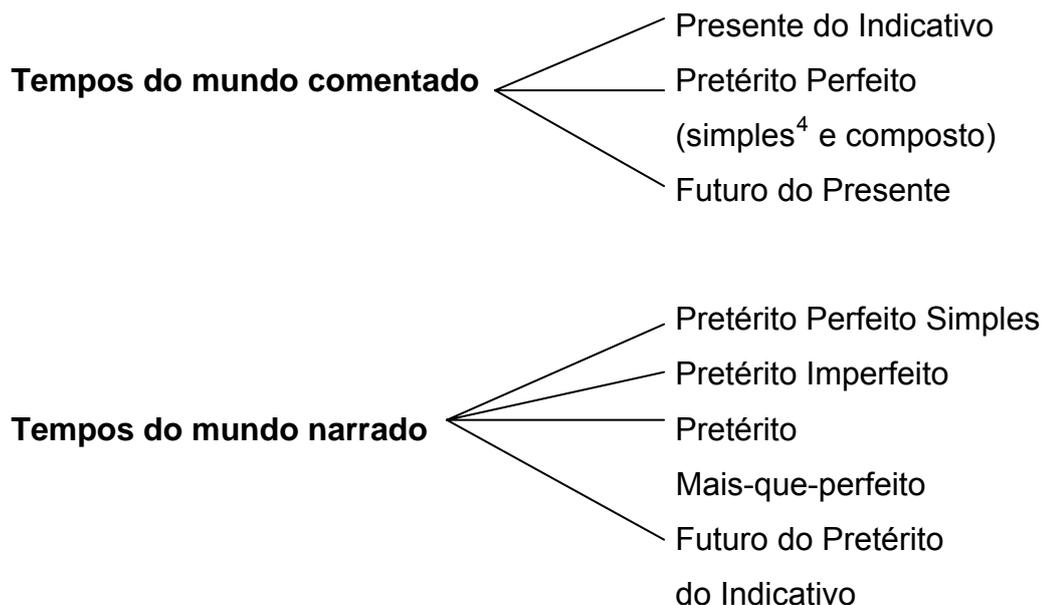
Como textos representativos do mundo comentado, podem-se citar o diálogo, o ensaio, o memorando político, o editorial, o relatório científico, o tratado jurídico, a

conferência, enfim, todas as situações comunicativas em que há engajamento do interlocutor com relação ao seu discurso.

Fazendo uso dos verbos do mundo narrado, por outro lado, o locutor se distancia do seu discurso, não se comprometendo com aquilo que diz. Ele simplesmente relata fatos, sem interferir diretamente sobre eles. Trata-se de uma situação em que a atitude do locutor é mais distensa. Nesse tipo de atitude comunicativa, não se exige do interlocutor nenhuma reação direta, como ocorre com as situações inseridas no mundo comentado; o interlocutor, aqui, assume uma atitude receptiva relaxada, desprendida.

São representativos do mundo narrado os seguintes tipos de textos: o conto, a lenda, a novela, o romance, a narrativa histórica; em suma, todos os tipos de relato, sejam eles literários ou não.

Relativamente ao português, segundo Koch (2001), o sistema temporal divide-se do seguinte modo:



⁴ O pretérito perfeito simples assume um caráter de comentário quando co-ocorre com tempos do comentário dentro de um mesmo período (KOCH, 2002), como no seguinte exemplo: *Eu acho que ele foi para São Paulo.*

Cada um desses grupos comporta, ainda, as locuções verbais formadas a partir dos tempos verbais que os compõem. Assim, pertencem ao mundo comentado: *estou comendo, vou caminhar*, e ao mundo narrado: *estava comendo, ia caminhar*.

De acordo com Weinrich (1974), as formas verbais que não se inscrevem em um desses dois grupos são chamadas de *semitempos*. São elas: infinitivo, gerúndio e particípio; os modos subjuntivo e imperativo. Segundo o autor, trata-se de “formas verbais de espécies diferentes, porém, de modo algum, formas verbais em sua totalidade” (WEINRICH, 1974, p. 348)⁵.

Os semitempos são incapazes de dar uma informação completa sobre a pessoa e o tempo. Não conseguindo esclarecer a situação comunicativa, mostram-se indiferentes à distinção entre o mundo comentado e o narrado. Geralmente, são os tempos que lhes determinam a situação comunicativa. Em alguns casos, no entanto, os semitempos podem dar informações parciais acerca de alguns aspectos da situação comunicativa.

É interessante frisar que, segundo Weinrich (1974), um tempo não pode, de forma alguma, pertencer ao mundo comentado e ao mundo narrado ao mesmo tempo⁶. Existe entre os dois mundos uma fronteira estrutural que os separa categoricamente. No entanto, um tempo do mundo comentado pode ser “emprestado” ao mundo narrado, e vice-versa, caso em que tal tempo passará a assumir um valor metafórico. Ou seja: um determinado tempo verbal, ao se deslocar de seu mundo para o interior do outro mundo, leva consigo características do mundo ao qual pertence. Assim, ao empregar um tempo do mundo comentado no mundo

⁵ “Los otros modos son formas verbales de especies diferentes, pero en modo alguno las formas verbales en su totalidad.”

⁶ Tal assertiva é questionável no que se refere ao português, na medida em que, como se pode verificar na distribuição dos tempos verbais dessa língua em cada um dos mundos, o pretérito perfeito simples pertence tanto ao mundo narrado como ao comentado, embora, em ambos, adquira valores diferentes.

narrado, o locutor acaba por imprimir ao seu discurso um pouco da tensão e do engajamento inerentes àquele mundo. Em contrapartida, o emprego dos tempos verbais do mundo narrado no mundo comentado implica uma atitude mais relaxada e menos comprometida por parte do locutor.

Um exemplo típico de metáfora temporal é o presente histórico. Vejamos o seguinte exemplo, emprestado a Koch (2003, p. 57):

(4) A caravana caminhava lentamente pelo areal deserto. De repente, ouve-se um forte ruído e, diante dos beduínos assustados, surge um disco-voador.

O uso do presente do indicativo, aqui, imprime ao relato um caráter mais dramático. Como se pode verificar, ele marca o momento mais relevante da narrativa.

3.4.2 A perspectiva de locução

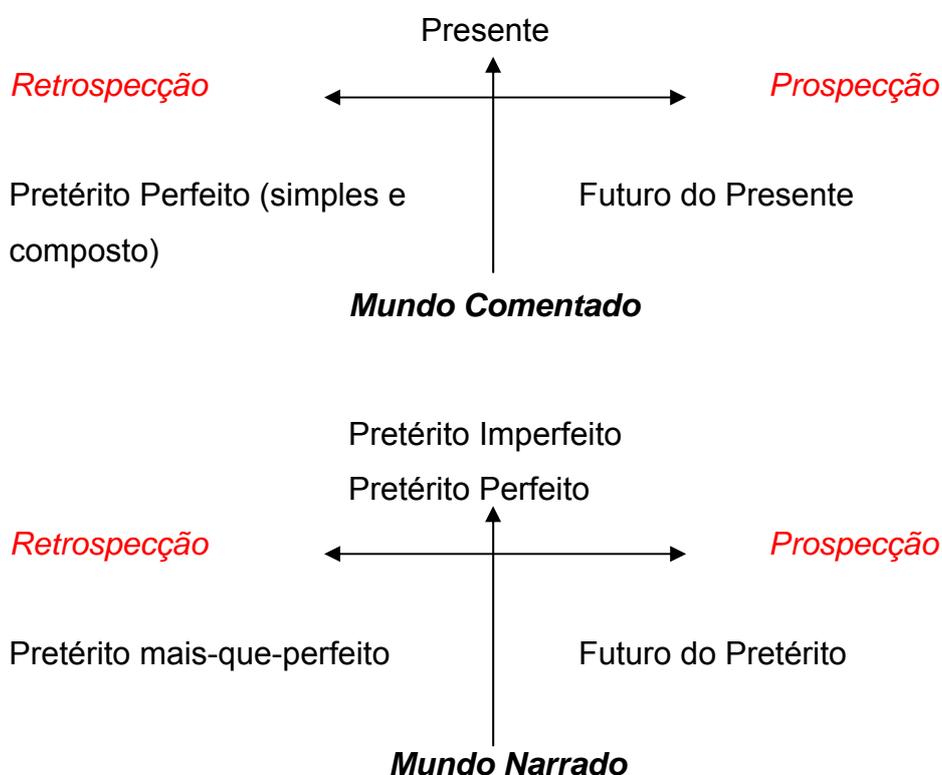
Segundo Weinrich (1974), os tempos verbais não negam o fenômeno extralingüístico do tempo cronológico, uma vez que o próprio discurso faz parte desse processo. Para ele, embora não seja essa sua principal função, como já dito anteriormente, os tempos verbais servem também para expressar a perspectiva de locução, que estabelece a relação que existe entre o tempo do texto e o tempo da ação, entendido este como o conteúdo da comunicação. Nas palavras de Nunes (2000, p. 40):

O principal mérito da concepção de Weinrich é desvincular o tempo da linguagem do sistema de divisão gramatical pautado na equivalência do presente, do passado e do futuro com a ordem natural das coisas, em proveito da temporalidade própria do texto

(*Textzeit*), sempre relacionado com o tempo da ação (*Aktzeit*), enquanto conteúdo de comunicação.

Do mesmo modo que a atitude comunicativa, a perspectiva de locução pode ser analisada a partir de uma visão dicotômica: tempos sem perspectiva e tempos com perspectiva. Os primeiros são denominados de tempos-zero; os segundos, tempos retrospectivos ou prospectivos.

São considerados tempos-zero: o presente, no mundo comentado; e o pretérito perfeito e o imperfeito, no mundo narrado. Trata-se de tempos que não possuem nenhuma perspectiva. Eles apenas assinalam a postura dos interlocutores em relação àquilo que enunciam; é a partir deles que se estabelecem as relações de retrospectão e de prospecção entre os tempos verbais:



Conforme já dito, no português, o pretérito perfeito é um tempo que faz parte dos dois mundos. No entanto, conforme se pode verificar nos gráficos acima, no

mundo narrado, ele é o tempo-zero, sem perspectiva; no mundo comentado, ele tem valor retrospectivo em relação ao tempo-zero deste mundo, ou seja, em relação ao presente.

Segundo Weinrich (1974), os tempos-zero são os mais empregados, o que vem a sinalizar o desinteresse da linguagem por uma orientação baseada em perspectivas.

3.4.3 O relevo

A terceira dimensão em que atuam os tempos verbais corresponde ao relevo. De acordo com Weinrich (1974), a função principal de certos tempos verbais é dar realce a certas partes do texto, de modo a colocar determinados conteúdos em primeiro plano e outros, em segundo. Isto é: esses tempos servem para informar ao interlocutor qual informação é considerada como principal e qual é apenas secundária.

Deve-se observar que o relevo diz respeito a uma dimensão que se aplica apenas aos tempos do mundo narrado, sendo seus dois representantes o pretérito perfeito, para indicar o primeiro plano, e o pretérito imperfeito, na indicação do plano de fundo, ou seja, do segundo plano.

O primeiro plano é aquele que faz com que o interlocutor queira escutar o que o seu locutor tem a enunciar. O segundo plano, por outro lado, atua como auxiliar, guiando e orientando o interlocutor no mundo narrado. Frise-se, aqui, que não há leis imutáveis no que se refere à distribuição desses tempos verbais numa narrativa. Nas palavras de Silva (2002, p. 36), “tudo depende do narrador, cuja liberdade se encontra limitada por algumas estruturas fundamentais do ato de narrar”.

A título de ilustração, vejamos o seguinte exemplo:

(5) O recanto era apazível. O vento balançava suavemente as copas das árvores, os raios do sol refletiam-se nas águas do riacho e um perfume de flores espalhava-se pela clareira onde descansavam os viandantes.

De súbito, ouviu-se um grande estrondo e todos se puseram de pé, sobressaltados.

A primeira parte desse texto é formada apenas por verbos conjugados no imperfeito do indicativo, o que, segundo a teoria aqui exposta, indica que se trata do pano de fundo da narrativa. Ao se alterar o tempo verbal para o perfeito, no segundo parágrafo, assinalou-se a mudança de perspectiva, ou seja, instaurou-se o primeiro plano do relato.

Finalizando, gostaríamos de ressaltar que Weinrich (1974) desconsidera a noção de aspecto. Para o autor, a concepção de que as noções de ação em decurso e ação terminada estão incluídas no imperfeito e no perfeito, respectivamente, não se sustenta. O lingüista alemão considera que o tempo verbal se relaciona pura e simplesmente com o comportamento do falante vinculado a um dos dois grupos temporais, de forma que a distinção entre perfeito e imperfeito se dá baseada na noção de relevo. Enquanto o perfeito marca o primeiro plano da narrativa, o imperfeito fornece o seu pano de fundo.

Segundo Silva (2002, p. 37), tendo em vista que tais planos não excluem a noção de aspecto, não faz sentido aceitar tal posicionamento. Para ele, “o primeiro plano (*foreground*), expresso pelo perfectivo, e o segundo (*background*), pelo imperfectivo, apontam para uma função aspectual na organização da narrativa. Essa dicotomia constitui questão importante e muito produtiva para o entendimento estrutural da narrativa, o que talvez tenha levado Weinrich a enfatizá-la”.

4 O PRESENTE DO INDICATIVO

A presente seção divide-se em duas partes, uma que aborda o uso do presente do indicativo do ponto de vista da gramática tradicional, uma em que se apresenta o tema sob a ótica da Lingüística.

Tal divisão se justifica em virtude de a gramática tradicional e a Lingüística abordarem as questões da língua de forma diversa.

A gramática tradicional, ou gramática normativa, apresenta normas de bom uso da língua, entendido este como a utilização da língua em sua variedade padrão. Essas normas baseiam-se no uso consagrado da língua por escritores de renome e, portanto, acabam por ignorar características próprias da língua oral. Ou seja: a gramática normativa prescreve o que se deve ou não usar na língua, considerando como válida, verdadeira, apenas uma variedade da língua: a escrita culta. Em outras palavras, a gramática tradicional representa uma espécie de lei que regulamenta a utilização da língua em uma sociedade.

A Lingüística, por outro lado, grosso modo, é uma ciência que, tomando por objeto de estudo a língua, busca descrever, a partir da observação empírica, sua estrutura e seu funcionamento. Diferentemente do estudo gramatical tradicional, a Lingüística procura descrever e explicar os fatos, sem, contudo, proceder a uma avaliação valorativa. A função dessa ciência é estudar toda e qualquer expressão lingüística como um fato merecedor de descrição, de modo que ela analisa não apenas a variedade culta da língua, mas todas as suas variedades.

Em suma: enquanto a gramática tradicional se limita a dizer como deve ser a língua, a Lingüística tenta mostrar o seu funcionamento, procurando descrever e explicar os fatos.

4.1 A visão da gramática tradicional

Geralmente, os manuais de gramática tradicionais costumam simplesmente arrolar os empregos do presente do indicativo, indicando apenas o contexto em que eles aparecem. A seguir, será feita uma resenha acerca do que alguns gramáticos da língua portuguesa falam sobre o emprego desse tempo verbal.

Segundo Said Ali (1969), o presente do indicativo serve para expressar uma ação que está ocorrendo justamente no momento em que o falante está produzindo o seu discurso ou dentro de um período compreendido nesse momento. Embora o autor não tenha classificado tal emprego, verificamos que se trata do presente denominado por Cunha (2001) de presente momentâneo, o qual é exemplificado, por este, com a seguinte passagem de um texto de Fernando Pessoa:

(6) Cai chuva. É noite. Uma pequena brisa
Substitui o calor.

Além do presente momentâneo, Said Ali (1969) nos apresenta mais cinco empregos possíveis para o presente do indicativo, acerca dos quais discorreremos nos parágrafos seguintes.

O primeiro deles diz respeito ao presente durativo, que, segundo o autor, corresponde a uma verdade observável em qualquer época ou a um fato real que data de muito tempo, devendo assim perdurar por um longo ou indefinido espaço de tempo. Em outras palavras, o presente durativo serve para indicar ações e estados permanentes, ou assim considerados:

(7) A Terra gira em torno do sol.

(8) O Amazonas deságua no Oceano Atlântico.

Esse tipo de presente, de acordo com Cunha (2001) costuma ser usado para expressar verdades científicas, dogmas e artigos de lei. Para ilustrar o primeiro tipo, ele também se utiliza do exemplo (7); para os outros dois, fornece os seguintes exemplos:

(9) Deus é Pai! Pai de toda criatura:
E a todo o ser o seu amor assiste:
De seus filhos o mal sempre é lembrado... (Antero de Quental)

(10) A lei não distingue entre nacionais e estrangeiros quanto à sua aquisição e ao gozo dos direitos civis. (Código Civil Brasileiro, Art. 3º)

Verificamos que Melo (1968), ao discorrer sobre os empregos do presente do indicativo, embora não faça uso de uma nomenclatura para classificá-los, diz que esse tempo verbal traduz também um fato vindo de um passado imediato e que se prolonga até o momento em que o falante se manifesta, o que, na realidade, diz respeito ao presente durativo, ou pelo menos a um aspecto dele:

(11) Estou aqui em Lisboa há seis meses.

O segundo emprego possível para o presente do indicativo, de acordo com Said Ali (1969), respeito ao presente freqüentativo, também chamado de iterativo (BRANDÃO, 1963), o qual serve para exprimir um costume ou ação intermitente, habitual, cuja efetividade pode, ou não, coincidir com o momento em que estamos falando. São exemplos desse tipo de presente:

(12) Todas as manhãs tomo meu banho frio.

(13) Os Árabes escrevem da direita para a esquerda.

(14) Este negociante vende muito caro.

(15) Tu só bebes água pura.

Cunha (2001), ao tratar do presente freqüentativo, que denomina também de presente habitual, diz que ele pode, ainda, ser utilizado para expressar uma faculdade do sujeito, mesmo que ela não esteja sendo exercida no momento em que se fala:

(16) Como pouquíssimo... (Miguel Torga)

Said Ali (1969) diz, ainda, que, muitas vezes, o presente do indicativo pode ser empregado para designar um ato inexistente, porém que está prestes a se realizar, caso em que se tem um presente com valor de futuro:

(17) Hoje à noite vou a tua casa.

(18) Amanhã não saio.

(19) O trem chega daqui a uma hora.

Segundo Cunha (2001), o presente-futuro, como é chamado por Said Ali, também marca um fato futuro próximo. De acordo com ele, nesse caso, para evitar qualquer tipo de ambigüidade, o presente do indicativo geralmente vem acompanhado por um adjunto adverbial, como ocorre no trecho que segue:

(20) Amanhã mesmo vou para Belo Horizonte e lá pego o avião do Rio. (Antonio Callado)

Além disso, Cunha (2001) afirma que a utilização moderada do presente-futuro pode se tornar um meio expressivo de grandioso efeito, já que empresta a um fato que ainda está por ocorrer a certeza da atualidade. Cita como exemplos:

(21) Se ele partir amanhã, sigo com ele.

(22) Se ele parte amanhã, sigo com ele.

Segundo Bechara (2001), o emprego do presente do indicativo no lugar do futuro do indicativo serve para indicar com ênfase uma decisão.

Outro emprego do presente do indicativo, de acordo com Said Ali (1969), é aquele em que ele assume o valor de passado. Trata-se do presente-pretérito, ou presente histórico, como é mais comumente chamado:

(23) Correm os parentes ao Convento afligidos e desalentados; pedem alguma relíquia ao Santo, levam uma túnica que fora sua. (Frei Luis de Souza)

De acordo com Cunha (2001), o uso do presente histórico, também chamado por ele de presente narrativo, serve para dar vivacidade a fatos ocorridos no passado, conforme se pode verificar no exemplo (24). Para ele, ao fazermos uso desse tipo de presente, “imaginamo-nos no passado, visualizando os fatos que descrevemos ou narramos” (CUNHA, 2001, p. 449).

(24) A Avenida é o mar dos foliões. Serpentinhas cortam o ar carregado de éter, rolam das sacadas, pendem das árvores e dos fios, unem com os seus matizes os automóveis do curso. “Sai da frente! Sai da frente!” – o grupo dos cartolas empurra para passar, com a corneta que arrebenta os ouvidos. O chão é um espesso tapete de confetes. Há uma loucura de pandeiros, de cantos e chocalhos...
E o curso movimentava-se vagorosamente com estampidos de motores.

Bechara (2001, p. 276), por sua vez, afirma que o emprego do presente do indicativo pelo pretérito, em narrações animadas, tem por função “dar a fatos passados o sabor de novidade das coisas atuais”, opinião compartilhada por Brandão (1963, p. 283), para quem “é lícito e comum empregar-se o presente pelo pretérito nas narrações vivas, em que o autor quer dar impressão de uma realidade atual, chamando o ouvinte ou o leitor a integrar-se, pela imaginação, na época ou momento do fato descrito”.

Ainda no que se refere ao emprego do presente histórico, cumpre observar que, segundo Said Ali (1969), quando se faz uso de duas orações, uma principal e outra subordinada, não se deve empregar naquela o tempo pretérito e nesta o presente histórico (ou vice-versa), como ocorre no exemplo a seguir, extraído de *Os Lusíadas*, de Camões:

(25) Ao capitão pedia que lhe dê mostra das fortes armas de que usavam.

No entanto, segundo o autor, quando se utiliza o presente histórico em uma série de orações coordenadas, a última delas pode conter o verbo novamente no pretérito. Já para Cunha (2001), no que respeita a esse particular, a última oração coordenada não só pode como deve conter o verbo novamente no pretérito.

Cunha (2001) afirma, ainda, que o presente histórico, quando utilizado de forma adequada, faz parte de um processo de dramatização lingüística altamente eficiente. Entretanto, o seu uso abusivo pode eliminar sua intensidade particular, na medida em que o seu valor expressivo decorre justamente da propriedade de ser accidental num contexto em que figuram formas pretéritas.

Segundo Said Ali (1969), o presente do indicativo pode, ainda, ser utilizado no lugar do futuro ou do modo imperativo, exprimindo, polidamente, um pedido, um conselho ou uma ordem:

(26) Vais a minha casa e trazes a mala.

(27) Tu me fazes este favor.

Cunha (2001), ao discorrer sobre esse emprego, diz que se trata de uma forma delicada de linguagem que denota intimidade entre as pessoas.

O presente do indicativo pode ser utilizado em diversos outros contextos além daqueles expostos por Said Ali (1969), segundo outros gramáticos. Brandão (1963), por exemplo, diz que esse tempo verbal é utilizado para citar as palavras e opiniões de escritores e pensadores. Trata-se do presente da citação:

(28) Homero compara a vida humana a folhas de árvores caducas.

Segundo Brandão (1963), o presente do indicativo aparece, ainda, em frases interrogativas que buscam indagar sobre as intenções de alguém ou determinar o que se deve fazer:

(29) Partes hoje ou ainda te demoras?

(30) Escrevo a carta?

Para Bechara (2001), o presente do indicativo pode também ser utilizado no lugar do pretérito imperfeito do subjuntivo e do futuro do subjuntivo, como se pode verificar nestes exemplos:

(31) Se respondo mal ele se zangaria.

(32) Se queres a paz prepara-te para a guerra.

Costuma-se, também, segundo Cunha (2001), utilizar o presente do indicativo do verbo querer acompanhado do infinitivo do verbo principal a fim de abrandar a rudeza do tom imperativo:

(33) Quer me dar minha carteira? (Carlos Drummond de Andrade)

Conforme se pode verificar, embora a gramática tradicional, de modo geral, tenda a analisar o uso do presente do indicativo sob um prisma mais semântico, é inegável que, eventualmente, ela aborda algum aspecto discursivo, pragmático ou estilístico acerca do emprego desse tempo verbal.

4.2 A visão da Lingüística

Embora não se tenham desenvolvido muitos estudos acerca do presente do indicativo na língua portuguesa, não se pode negar que os poucos trabalhos existentes em torno do tema sejam bastante significativos para esclarecer vários aspectos do uso desse tempo verbal. Pretende-se, nesta parte do trabalho, apresentar algumas das reflexões feitas em torno do assunto.

Um trabalho muito importante para esclarecer a natureza semântica do presente do indicativo foi o elaborado por Corôa (1985), que, baseada nos estudos de Reichenbach (1947), conforme já visto, propôs uma explicação lógica para o uso desse tempo verbal.

Segundo a autora, o que caracteriza o uso do presente do indicativo é o fato de que, em qualquer situação em que ele seja empregado, ME, MF e MR são simultâneos, o que nos fornece a vantagem de poder interpretar todos os usos sem recorrer a regras especiais ou a usos excepcionais, como comumente ocorre, por exemplo, com análises sobre o uso do presente histórico.

Na realidade, não se afirma que os limites temporais dos três momentos são coincidentes. O que ocorre, de fato, é que existe, em cada emprego do presente do indicativo, um momento de cada um desses momentos que coincide, o que valida a fórmula por ela proposta:

ME, MF, MR

Ou seja: Corôa (1985) considera cada um dos três momentos como um conjunto de momentos, que podem ser simultâneos apenas parcialmente. De acordo com ela, a qualidade de presente se torna mais realçada quanto maior for o número de momentos de cada conjunto coincidentes com os momentos de outros conjuntos.

Para comprovar sua tese, Corôa (1985) analisa cinco empregos do presente do indicativo:

(34) Água mole em pedra dura tanto bate até que fura.

(35) A Terra gira em torno do Sol.

(36) Carlinhos trabalha no IBC.

(37) Do lugar onde está, ele não me vê.

(38) Em 1940, eclode a guerra e Ted vai para o fronte.

O exemplo apresentado em (34), denominado de presente gnômico, expressa algo que ocorre não exatamente no momento em que o enunciado é emitido, mas que se circunscreve numa proposição que pode ser tida como verdadeira em qualquer momento em que for enunciada. Trata-se de uma verdade quase onitemporal, que, justamente por isso, faz com que o ME praticamente coincida com o MR. E como o MR, aqui, é tão amplo, ele acaba por abarcar necessariamente o MF, ou seja, o momento da enunciação.

No que diz respeito ao caso apresentado em (35), que representa uma verdade atemporal, pode-se dizer que também se trata de um exemplo em que ME, MR e MF são simultâneos. Senão, vejamos. Considerando que o tempo em que a Terra tem girado em torno do Sol se afigura como infinito à nossa consciência humana, e devendo o MR, nesse caso, ser visualizado de uma perspectiva de infinidade, tem-se, então, que o evento (a Terra girar em torno do Sol) possui, necessariamente, momentos que coincidem com alguns dos momentos que fazem parte do conjunto de momentos do MR. Pelo mesmo motivo, o MF nele também se insere, de modo que, mais uma vez MF, ME e MR podem ser considerados simultâneos.

De acordo com Corôa (1985), os exemplos (36) e (37) descrevem, respectivamente, um hábito e algo que ocorre no momento da enunciação, não devendo, por isso, nunca ser considerados como exceção. No caso de (36), verifica-se que se trata de uma proposição que será verdadeira em qualquer tempo, mesmo que, no exato momento em que for enunciada, Carlinhos não esteja trabalhando. Isso porque o MR pode ser estendido ou diminuído de acordo com a situação, embora nem sempre tenhamos consciência disso. Assim, a proposição encerrada em (36) será necessariamente verdadeira para todo o tempo em que Carlinhos

constar de folha de pagamento dos funcionários do IBC. Resumindo: tem-se em (36) mais um caso em que MF, ME e MR são simultâneos.

Já em (37), o ME praticamente coincide com o MF⁷. O evento se encontra em pleno desenvolvimento ao mesmo tempo em que é referido. Dessa forma, o MR não tem necessidade de se estender além dos limites do ME e do MF, já que está suficientemente objetivado neste último. Verifica-se, portanto, mais uma vez que: MF, ME, MR.

O caso (38) se refere ao chamado presente histórico. Segundo Corôa (1985), a explicação mais comum que se dá para esse emprego do presente do indicativo é a de que o falante se transporta psicologicamente para o passado, vendo o evento como sendo contemporâneo a ele. No entanto, para a lingüista, é mais objetivo afirmar que é o MR que se desloca para o passado, abrangendo-o de tal forma que tanto o MF quanto o ME acabam por se incluir nele. Tal afirmação se torna possível em virtude de se considerar que cada um dos momentos é, teoricamente, formado por um conjunto de momentos, conforme já visto no item em que apresentamos a teoria de Reichenbach (1947). Isso nos permite considerar que, no caso do presente histórico, há momentos do conjunto do ME que coincidem com momentos do conjunto do MR, bem como que há momentos do conjunto do MF que coincidem com momentos do conjunto do MR. Assim, verifica-se que, embora ME e MF não possuam necessariamente momentos em comum, ambos os têm em comum com o MR.

Como se pôde verificar, embora os três momentos (MF, ME e MR) sejam simultâneos em todos os empregos do presente do indicativo apreciados por Corôa (1985), há variação nos limites de cada um deles e no modo como o MF e o ME se

⁷ Diz-se “praticamente” em virtude de se levar em conta o tempo, ainda que mínimo, que as ondas sonoras levam para chegar do falante ao ouvinte.

incluem ou se identificam com o MR. Nas palavras da própria autora, “a maior variação se dá justamente no sistema de inércia (MR) usado como referencial para se estabelecer a simultaneidade do MF e do ME” (CORÔA, 1985, p. 48).

Fiorin (1999), conforme já visto, também propõe um sistema temporal constituído por três momentos, a saber: momento da enunciação (doravante MEn), momento da referência (MR) e momento do acontecimento (doravante MAc).

O pensamento desse autor é o de que o presente do indicativo também marca uma coincidência entre os três momentos por ele propostos: MAc, MEn, MR. Para ele, há três casos de relações entre o MR e o MEn. São eles: o presente pontual, o presente durativo e o presente omnitemporal, também chamado de gnômico.

O presente pontual corresponde a um caso em que existe coincidência entre o MEn e o MR, conforme se pode verificar neste exemplo:

(39) Um relâmpago fulgura no céu.

O evento apresentado pelo verbo fulgurar ocorre no momento de referência presente, ou seja, no momento em que o enunciado acima é emitido por um locutor. Sendo o MR um ponto preciso no tempo, há coincidência entre ele e o MEn.

O presente durativo, por sua vez, corresponde a um caso em que o MR é mais longo do que o MEn. Fiorin (1999) observa que a duração do MR é variável, podendo ser curta ou muito longa. Além disso, ela pode ser contínua ou descontínua. Caso seja descontínua, ter-se-á o presente iterativo; caso seja contínua, o presente da continuidade. Vejamos os seguintes exemplos:

(40) Neste ano, ministro um curso de Lingüística para os alunos do primeiro ano.

(41) Aos sábados, nossa banda apresenta-se na cantina da Faculdade.

Tem-se em (40) um caso em que o MR possui a duração de um ano, ou seja, o MR é mais longo do que o MEn. No entanto, em algum ponto, esses momentos são simultâneos. O MAc indicado pelo verbo *ministrar* coincide com o MR. Verifica-se que se trata de um exemplo de presente de continuidade, já que o MR é contínuo.

Já em (41) temos um caso de presente iterativo. Verifica-se, no exemplo, que o MR, que corresponde aos sábados, repete-se. Conseqüentemente, repete-se o MAc, indicado pelo verbo *apresentar-se*. Há, desse modo, uma coincidência entre eles. Com relação ao MEn, observa-se que, embora não se reitere, ele é um só e coincide em algum ponto com o MR.

O presente omnitemporal, ou gnômico, ocorre quando o MR é ilimitado, sendo-o também o MAc. Trata-se do presente utilizado para exprimir verdades eternas. Vejamos um exemplo:

(42) O quadrado de hipotenusa é igual à soma do quadrado dos catetos.

Segundo Fiorin (1999, p. 151), o MR “é um sempre implícito”. Tendo em vista que o momento do estado indicado pelo verbo *ser* coincide com ele, esse presente indica que o quadrado da hipotenusa é sempre igual à soma do quadrado dos catetos.

De acordo com o autor, o presente omnitemporal pode ser encontrado nos provérbios e máximas, nas definições, na descrição de estados tidos como imutáveis

ou no relato de transformações consideradas necessárias. Para ilustrar esses casos, cita, respectivamente, os seguintes exemplos:

(43) Deus ajuda quem cedo madruga.

(44) O homem é um animal racional.

(45) O rio Tietê passa por São Paulo.

(46) Quem ama perdoa.

Segundo Fiorin (1999), as diferenças aspectuais do presente indicam, ainda, oposições entre dois presentes: o presente omnitemporal e o durativo, conforme se verifica nestes exemplos:

(47) O Itamar é um homem impulsivo, agora está mais contido.

(48) O Edmundo joga bem, hoje está jogando mal.

De acordo com Silva (2002), nem sempre há coincidência entre os três momentos propostos por Corôa (1985) quando empregamos o presente do indicativo. Segundo o autor, quando esse tempo verbal é empregado com valor futurizado, o MR pode ser posterior ao MF. Para justificar sua afirmação, ele parte de um exemplo semelhante ao que segue:

(49) Outro dia, eu compro aquele brinquedo para você.

Veja-se que o valor de futuro, nesse enunciado, é reforçado pelo adjunto adverbial “outro dia”, que corresponde ao MR. Ora, sendo o MR posterior ao MF, e

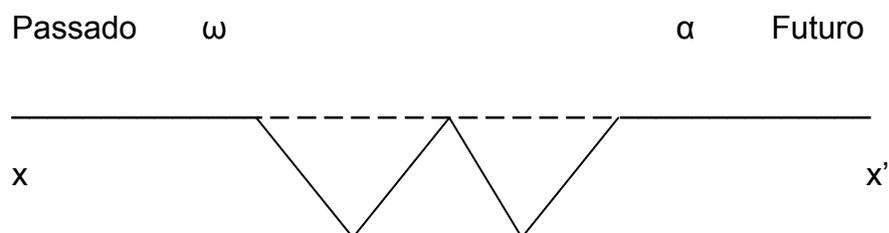
sendo o ato de comprar (ME) simultâneo ao MR, pode-se afirmar que se trata de um emprego em que:

MF – MR, ME

Verifica-se, portanto, que o presente futuro apresenta uma diferença no que se refere ao MR, que é considerado como posterior ao MF. Isso vai de encontro àquilo que é postulado por Corôa (1985), para quem existe apenas uma representação formal para a interpretação semântica do presente do indicativo, a saber: MF , MR , ME.

Para Silva (2002), tal fato encontra uma explicação na flexibilização do presente, que, em sua formação, possui um pouco de passado e um pouco de futuro. O lingüista sustenta sua hipótese na interpretação que Imbs (*apud* SILVA, 2002) faz da teoria de Guillaume.

Guillaume (*apud* BALEEIRO, 1988) postula a existência de um presente psicogramatical que, como operação de pensamento, é formado por parcelas de passado e futuro, que designa como cronotipos ω e α :



Baseado em tal postulado, Imbs (*apud* SILVA, 2002) tenta demonstrar que os valores aspectuais e temporais contidos no presente correspondem a faixas (ora mais estreitas ora mais largas) dessa composição dual.

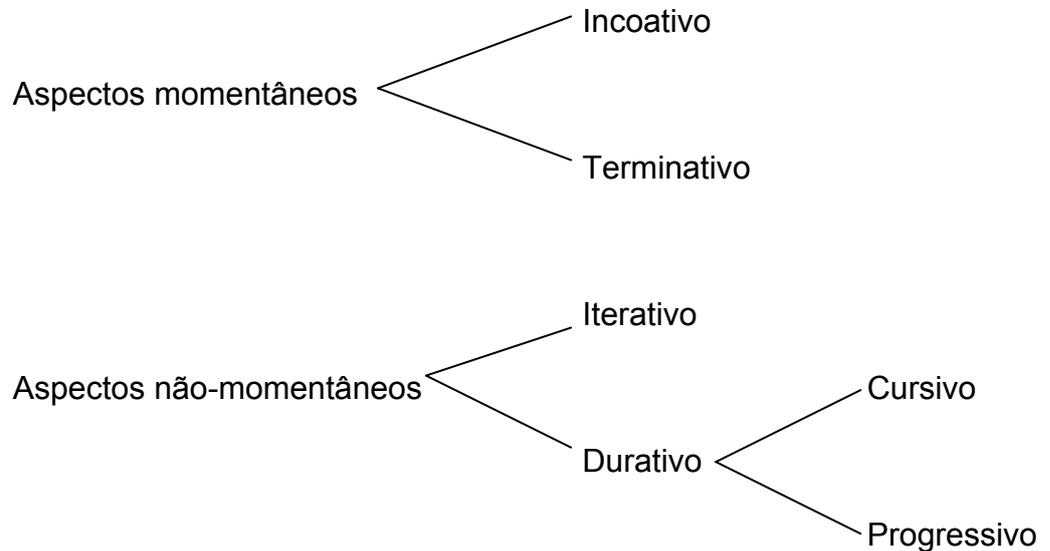
Segundo o autor, como o presente expressa todos os valores do aspecto *inaccompli* (inacabado), ele pode ser categorizado em dois aspectos: momentâneos e não-momentâneos. O primeiro diz respeito a um processo único, não repetido, sem duração, correspondendo a uma faixa mais estreita do presente psicogramatical (aspecto perfectivo); o segundo, por sua vez, está relacionado a uma ação repetida, durativa, correspondendo a uma faixa mais larga desse presente (aspecto imperfectivo).

O aspecto momentâneo possui como variantes o aspecto incoativo, que sinaliza o início de um processo (como, por exemplo, o contido nas seguintes expressões: *pôr-se a, estar para*), e o aspecto terminativo, que sugere o fim de um processo (como, por exemplo, é sinalizado pela seguinte expressão: *acabar de*).

O aspecto não-momentâneo compreende as seguintes variantes: o aspecto iterativo e o durativo. O primeiro indica repetição de uma ação (frequência, hábito); o segundo, uma ação que dura no tempo cronológico.

O aspecto durativo tem como variantes o aspecto cursivo, que indica uma ação sem limites, em que não há preocupações com o início ou o fim do processo, e o aspecto progressivo, que expressa gradação do processo. O aspecto cursivo é expresso por perífrases verbais (*está fazendo*) e o progressivo, por perífrases verbais (*vai indo*) ou pelo radical do verbo (*diminuir*).

Esquematisando-se:



Com relação ao valor temporal, Imbs (*apud* SILVA, 2002) afirma que o presente atual do falante e o presente intemporal também correspondem, respectivamente, às faixas estreita e larga do presente psicogramatical. Para se definir o valor temporal do presente, o autor diz que se deve saber se o processo verbal se situa no tempo indiviso ou no tempo diviso.

O tempo indiviso, ou seja, o tempo não dividido, não comporta a divisão que comumente se faz do tempo em passado, presente e futuro. Esse tempo concerne à faixa mais larga e nele está contido o presente onitemporal, ou seja, aquele que abarca todas as épocas do tempo. É aqui que se estabelece o emprego do presente de hábito e de estados permanentes, do presente das verdades da experiência (ou presente gnômico), o presente das definições e o presente das verdades eternas.

No que respeita ao presente de hábitos e de estados permanentes, trata-se da indicação de uma ação que, em virtude da idéia de repetição e continuidade que encerra, pode ser válida tanto para o presente como para o passado e o futuro. Com

relação aos outros três tipos de presente, a idéia de intemporalidade está relacionada ao caráter genérico que cada um deles encerra, o que faz com que afirmações que os empreguem sejam válidas para qualquer época.

Já no tempo diviso (dividido), existe a sucessão de épocas, cada qual correspondendo a uma divisão na linha do tempo. De acordo com Imbs (*apud* SILVA, 2002), o verbo expressa somente as divisões maiores do tempo diviso, a saber: passado, presente e futuro; ficando a cargo dos substantivos representar as menores (ano, dia, hora, minuto, segundo).

O tempo diviso compreende a faixa mais estreita do presente e nele estão contidas as divisões do presente: o presente da simultaneidade, o da anterioridade e o da posterioridade. De acordo com Silva (2002), é essa noção de tempo diviso que permite as variações no emprego do presente. Em suas palavras, “a partir dele é possível evocar um futuro (próximo) ou um passado (recente), vistos em relação lógica ou psicológica com o presente” (SILVA, 2002, p. 84).

Ainda no que se refere ao presente do indicativo com valor de futuridade, Silva (2002) demonstra, também, que, diferentemente do que afirmam muitas gramáticas tradicionais, há uma variada distância temporal entre o MF e o ME, expressa por advérbios de tempo, o que demonstra a inconsistência dessas gramáticas ao afirmarem que o presente futuro expressa futuro próximo ou futuro imediato.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, será feita, primeiramente, a apresentação do *corpus* que compõe a pesquisa. A seguir serão expostas as variáveis com as quais trabalhamos na análise quantitativa. Posteriormente, procederemos à análise dos dados.

5.1 O *corpus*

O *corpus* analisado está composto por quatro entrevistas com duração de meia hora cada uma, totalizando, portanto, duas horas de gravação.

Dois das entrevistas que compõem o *corpus* foram cedidas por uma aluna do curso de mestrado em Metodologia de Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Elas foram retiradas de um conjunto de quatro entrevistas realizadas pela mestranda para compor o seu *corpus* de pesquisa, cujo objetivo é analisar o processo de formação identitária do professor negro. Tendo em vista tal finalidade, trata-se de um conjunto de entrevistas com enfoque em história de vida voltadas a professores negros, todos com nível de escolaridade superior. Duas entrevistas foram dirigidas a pessoas do sexo feminino e duas, a pessoas do sexo masculino, todas da mesma faixa etária.

Nesta pesquisa estamos utilizando as entrevistas dirigidas aos professores do sexo masculino. A fim de evitar que o nosso *corpus* fosse constituído de textos muito homogêneos, optamos por inserir duas entrevistas com pessoas que tivessem cursado somente o ensino fundamental.

Tendo em vista nossa intenção de que os entrevistados ficassem à vontade diante do gravador, a fim de que a conversação fosse o mais natural possível,

solicitamos à mestranda da UFSCar a gentileza de proceder a duas entrevistas para nós, também com enfoque em história de vida, com pessoas de seu convívio, que fossem do sexo feminino e que estivessem dentro da mesma faixa etária dos outros dois entrevistados.

Dessa forma, nosso *corpus* está constituído de duas entrevistas com pessoas do sexo masculino, com nível de escolaridade superior, uma com 44 anos de idade e outra com 39, que atuam como professores na rede pública de ensino do Estado de São Paulo, e de duas entrevistas com pessoas do sexo feminino, com nível de escolaridade fundamental, uma com 44 anos de idade e outra com 49, a primeira atuando como empregada doméstica e a segunda, como costureira. Todos os entrevistados residem na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo. Doravante, denominaremos os entrevistados de E1, E2, E3 e E4, respectivamente.

As transcrições das entrevistas foram feitas de acordo as normas utilizadas pelo Projeto NURC, que se encontram no anexo da dissertação.

5.2 Descrição das variáveis

A primeira variável a ser analisada será o tipo de verbo. Para fazer a classificação dos verbos, baseamo-nos nos critérios de identificação apresentados por Borba (1996), em seu livro *Uma gramática de valências para o português*. Além dessa obra, utilizamos o *Dicionário de usos do Português do Brasil*, organizado pelo mesmo autor.

De acordo com Borba (1996), os verbos podem ser classificados em quatro tipos: ação, estado, processo, ação-processo.

Os verbos de ação se caracterizam por expressarem uma atividade realizada por um sujeito agente, ou seja, um sujeito que, por si mesmo, é capaz de desencadear uma ação. Desse modo, eles expressam um fazer por parte do sujeito:

(50) A criança **corria** no parque.

Os verbos de estado são aqueles que expressam uma propriedade localizada no sujeito que é, portanto, um simples suporte dessa propriedade ou, então, seu experimentador ou beneficiário:

(51) Carolina **continua** indecisa.

Os verbos de processo, por sua vez, caracterizam-se por expressarem um evento ou uma sucessão de eventos que afetam um sujeito paciente ou experimentador. Assim, dizem respeito sempre a um acontecer ou um experimentar, ou seja, expressam algo que se passa com o sujeito ou que ele experimenta:

(52) Os professores se **desesperam** com tanta indiferença.

Já os verbos de ação-processo expressam uma ação realizada por um sujeito agente ou uma causação levada a efeito por um sujeito causativo, que afetam o complemento, o qual expressa uma mudança de estado, de condição ou de posição, ou, então, algo que passa a existir:

(53) Uma bala perdida **matou** a criança.

Partindo de tal classificação, chega-se aos seguintes tipos de sujeito, que dizem respeito à segunda variável com que trabalhamos:

- 1) Agente: aquele que realiza ou instiga uma ação expressa pelo verbo.

(54) **O homem** trabalha.

- 2) Paciente: aquele que é afetado por aquilo que o verbo expressa.

(55) **O gelo** derreteu.

- 3) Experimentador: aquele que expressa uma experiência ligada a uma disposição mental, uma sensação, emoção ou cognição.

(56) **Maria** entristeceu.

(57) **Eu** gosto de futebol

- 4) Instrumental: aquele que expressa uma causa imediata tendo como traços básicos a atividade e o fato de ser controlado.

(58) **A chave** abriu a porta.

- 5) Causativo: aquele que provoca um efeito ou é responsável pela realização do estado de coisas indicado no verbo.

(59) **O vento** abriu a porta.

6) Objetivo: é o suporte de uma propriedade, condição ou situação expressa pelo predicado.

(60) **O vaso** está quebrado.

(61) **O muro** mede 20 metros.

7) Locativo: aquele que exprime uma relação estática de localização no espaço ou no tempo.

(62) **Brasília** fica num planalto.

A terceira variável concerne à pessoa em que se realiza o sujeito: 1^a, 2^a e 3^a pessoas do singular e 1^a, 2^a e 3^a pessoas do plural. Cumpre observar que classificamos como segunda pessoa do singular o pronome de tratamento *você* e segunda do plural, *vocês*. A expressão *a gente* foi classificada como primeira do singular, quando utilizada para designar tal pessoa, e como primeira do plural, quando utilizada para designar *nós*.

A seguir, faremos a análise semântica das ocorrências de presente do indicativo encontrados nas entrevistas. Na subseção subsequente, passaremos a descrever e analisar os resultados obtidos através do levantamento estatístico dos dados, apoiados em tabelas com o total de ocorrências e suas respectivas porcentagens.

Importante observar que os dados, após terem sido feitas as devidas codificações, foram processados por meio do programa computacional *Goldvarb 2001*.

5.3 Análise semântica das ocorrências encontradas nas entrevistas

O levantamento das ocorrências de presente do indicativo no *corpus* revelou uma abundante utilização desse tempo verbal com valor durativo e iterativo.

Com relação ao presente durativo, verifica-se a utilização de dois tipos. O primeiro deles é aquele que representa uma ação, estado ou processo que se iniciou no passado e perdura até o momento da fala, como nos exemplos que seguem:

(63) **E1** nunca fui da Vila Isabel ((risos))... aí depois da Vila Isabel... aí morávamos ali numa casinha... três cômodos tá... **tá** em pé até hoje... aluguel... uma vida pobre mas boa... não tinha dinheiro () (mas tinha a vida boa)... () ((risos))...

(64) **E4** que ainda **mora** do lado da minha casa e a Dita, que **mora** na frente, moram três família negra...

Outro tipo de presente durativo recorrente é aquele que integra as ações e estados permanentes, que parecem ter duração ilimitada. Trata-se de situações em que a ação verbal “congela-se”, por assim dizer, no presente genérico:

(65) **E2** (...) então fiz amizade com eles no começo foi difícil pra entender o inglês deles... que o inglês do americano **é** bem... diferente do britânico né? eles **falam** mais rápido tal (...)

(66) **E3** (...) porque eu não **tenho** dinheiro pra comprar nada dentro de casa... a minha vida **é** sustentar a casa pra comer...

(67) **E4** (...) eu sempre me dei bem com a mulher do Joaquim... com a Silvana... a gente **é** sempre meio... porque ela **é** tipo de pessoa revoltada (...)

Em ambos os casos de presente durativo, temos: ME, MR, MF. Verifica-se em (63) e (64) que o ME (“estar” e “morar”) coincide com o MR, que se estende do passado até o momento da enunciação, de forma a abarcar também o MF.

Nos exemplos apresentados em (65), (66) e (67), temos casos em que o MR parece possuir duração infinita. Sendo o MR tão amplo, ele acaba por englobar, em algum ponto, o MF. Assim, pode-se afirmar que: ME, MR, MF.

O presente iterativo, por sua vez, encerra uma ação intermitente que pode, ou não, coincidir com o momento da fala, conforme se pode verificar nos seguintes exemplos:

(68) **E1** (...) eu **passo** ali de vez em quando...

(69) **E2** (...) então sempre na minha primeira aula a primeira coisa que eu **faço**... é contar a minha vida (...)

(70) **E4** então, eu **trabalho** de terça-feira, eu trabalho (a gente) **trabalha** com o público né (...)

Embora os eventos “passar”, “fazer” e “trabalhar” não coincidam necessariamente com o MF, não se pode negar que se trata de proposições que serão tidas como verdadeiras em qualquer ocasião. Ou seja, as proposições contidas em (68), (69) e (70) serão verdadeiras para todo o tempo em que as ações ali descritas continuarem a ser executadas, de modo que o MF, em algum ponto, coincide com o MR. Assim, pode-se dizer que: ME, MR, MF.

Encontram-se no *corpus* também ocorrências de presente onitemporal, ou seja, aquele cuja proposição pode ser considerada verdadeira toda vez em que for enunciada. Tendo em vista os exemplos encontrados, faremos uma subclassificação desse tipo de presente em presente gnômico e presente de definição. Vejamos os exemplos:

(71) **E4** (...) eu era assim... caiu na rede **é** peixe né

(72) **E4** é que me deu força pa poder encarar a vida... porque na vida a gente **ganha** a gente **perde**... e é assim

(73) **E2** (...) tarefeiro **são** as pessoas que **fazem** comida no quartel né? (...)

(74) **E2** (...) “pen friends” **são** amigos correspondentes...

Entendemos por gnômico o presente utilizado para expressar verdades por meio de sentenças prontas, como provérbios, máximas, ditados. Trata-se do presente encontrado em (71) e (72). Já o presente de definição, como o próprio nome diz, serve para definir, expressar, conceituar o significado de uma determinada palavra ou expressão. Exemplos desse tipo de ocorrência podem ser vislumbrados em (73) e (74).

No caso do presente onitemporal, tanto no que se refere ao gnômico como ao de definição, temos um MR ilimitado. Coincidindo o ME com o MR, podemos dizer que todas as proposições contidas em (71), (72), (73) e (74) serão sempre verdadeiras quando enunciadas. Em suma: ME, MR, MF.

O presente do indicativo também foi empregado na indicação de ação futura, conforme se verifica no seguinte excerto:

(75) **E3** (...) ela falou “**faço** o que for possível” (...)

Interessante ressaltar que se trata da única ocorrência de presente futuro nas entrevistas e que, como se pode observar, foi utilizado em discurso direto para expressar a fala, produzida no passado, de alguém a respeito de quem a entrevistada estava discorrendo.

A nosso ver, trata-se de um caso de presente futuro em que MF - MR, ME. Embora o presente do indicativo no lugar do futuro expresse uma decisão tomada no momento da fala, expressando, além da certeza, a determinação do falante de fazer o que for possível, não se pode negar que o evento *fazer* dar-se-á somente num momento posterior ao MF. Assim, sendo o momento de ME coincidente com o MR, que é posterior ao MF, temos que: MF – MR, ME.

Outra ocorrência de presente que apareceu em discurso direto, também com baixo índice, foi o presente com função imperativa. Trata-se de um caso empregado com a finalidade de expressar um conselho, uma recomendação, uma sugestão, um pedido, uma ordem:

(76) **E3** (...) “eu gostaria de convidar você pra assistir o culto”... e eu falei “tá bom”... “você **vai convida** seu marido... você vai... começa oito horas” (...)

(77) **E3** (...) “mãe vamos sair dessa porcaria... vamos sair daqui” ela falava... “Sabrina **fica** quieta... vamos ficar aqui” (...)

(78) **E2** (...) falei “legal... então você **faz** o seguinte... **passa** essa história adiante... só que o personagem agora não sou mais eu o personagem agora é você”...

No caso do presente imperativo, acreditamos que não se possa relacioná-lo aos três momentos propostos por Corôa (1985), uma vez que se trata de um emprego modal cuja realização encontra-se ligada à vontade do falante, que considera a realização, ou não, do evento implícita na ordem, no pedido, no conselho determinado por ele. Ao empregarmos o imperativo, em geral, temos apenas o objetivo de exortar nosso interlocutor a cumprir a ação indicada pelo verbo.

O emprego do presente do indicativo com valor de passado só se deu numa situação, que Castilho (1984) chama de presente histórico inclusivo, em oposição ao presente histórico tradicional apresentado pelos manuais de gramática, que o

referido lingüista denomina de presente histórico tabular. O presente histórico inclusivo abarca aquele emprego em que o verbo é utilizado para indicar tempo decorrido. Vejamos dois exemplos:

(79) **E3** (...) **Faz** quatro anos que a gente tá separado (...)

(80) **E1** (...) e recentemente **há** dois anos atrás o... o pai e a mãe morreram né (...)

O verbo *fazer*, em (79), indica o tempo desde quando a interlocutora e o seu marido se encontram separados, e o verbo *haver*, em (80), o tempo que escoou depois do falecimento dos pais do interlocutor. Em ambos os casos, o limite final para a contagem do tempo é o momento da enunciação. No primeiro caso, verificamos que o ME (*fazer*) coincide com o MR, que concerne ao tempo decorrido, o qual, em algum ponto coincide com o MF. No segundo caso, o evento *haver* cruza em algum ponto com o MR, o qual, como no caso anterior, tem um ponto em comum com o MF. Desse modo, pode-se afirmar que ME, MR, MF.

Bastante recorrente nos textos analisados foi a utilização do presente do indicativo em marcadores conversacionais:

(81) **E1** (...) mas assim mas... ah::... que eu **sinto assim que** existia né?... existia uma história existe uma história...

(82) **E2** **acho que** pelos trabalhos de... é... de... é... diferenciados que eu faço... **acho que** se eu ficasse naquela de conteúdo conteúdo leia aqui estuda ali faz prova **acho que** não teria tanto reconhecimento... **acho que** pelas gincanas que eu faço pelas aulas dinâmica... pela... (vamos ver)... enfim fazer trabalho fora do planejamento... fazer inter-classe no final de semana... enfim **acho que** foi... que é por aí...

(83) **E3** atrapalhar assim... **eu acho que** não atrapalhou... eu queria ter tido uma vida melhor **sabe?**... eu queria que ele... eu queria... eu sempre quis uma casa bem

arrumada... eu queria que ele me desse... **sabe?**... **eu acho que** eu trabalhava com mais prazer...

(84) **E4 olha**... eu não sinto mais vontade de baile... eu não sinto mesmo... eu **acho que** eu... **sabe?** até gosto de ver os outro sair se arrumar pra sair... mas pra mim eu **acho que** não tem mais nada a ver... eu **acho que** eu já aproveitei tudo...

Se observarmos os exemplos extraídos das transcrições, notaremos que parte desses elementos é desprovida de conteúdo semântico. Trata-se de vocábulos utilizados como estratégias para o falante testar o grau de atenção e participação de seu interlocutor. É o caso de *sabe?* e *olha*, dos exemplos (83) e (84). Além desses, há aquelas expressões que, semanticamente, continuam válidas, embora a informação que passam não integre diretamente o conteúdo referencial do texto enquanto estrutura tópica. Esse tipo de marcador pode ser exemplificado por *sinto assim que* e *acho que*. Acreditamos que, nesses casos, o falante projeta-se no discurso, marcando sua opinião, porém não de modo categórico. Chamaremos ao primeiro tipo de marcador fático e ao segundo de marcador de atenuação da atitude do falante. Em virtude de suas características, nomearemos o uso do presente em marcadores conversacionais de presente de “juízos do falante”.

Em se tratando de elementos cuja finalidade se inscreve no âmbito da interação entre os interlocutores, ou seja, de elementos que servem para administrar os turnos conversacionais, não podemos relacionar os marcadores fáticos aos três momentos propostos por Corôa (1985).

Já com relação aos marcadores de atenuação da atitude do falante, embora não façam parte do conteúdo referencial do texto, não perdem o seu valor semântico, o que nos permite relacioná-los aos três momentos propostos por Corôa (1985). Nos exemplos extraídos das transcrições, verificamos que os eventos *sentir* e *achar*, que compõem os marcadores *sinto assim que* e *acho que*, podem ser

tomados como ações cuja duração é aparentemente ilimitada, sendo-o também o MR. Em virtude da amplitude do MR, podemos dizer que, nesse caso, o MF também coincide, em algum momento, com o MR. Assim, para esse tipo de marcador, temos que: MR, ME, MF.

O presente do indicativo foi utilizado também com o intuito de enfatizar um termo da oração. Nesse caso, o verbo empregado sempre é o *ser*, conforme se pode verificar nos exemplos que seguem:

(85) **E4** (...) ele tem **é** medo...

(86) **E1** (...) “porque **é** justamente com a senhora que eu preciso falar” (...)

Trata-se, aqui, de mais um caso em que a dimensão temporal do verbo perde o seu valor, já que utilizado apenas com o intuito de dar ênfase a uma determinada expressão. Desse modo, é inviável também a sua correlação aos MR, ME e MF.

Em resumo, as categorias de presente do indicativo identificadas nas entrevistas são as seguintes:

- 1) presente durativo;
- 2) presente iterativo;
- 3) presente histórico inclusivo;
- 4) presente futuro;
- 5) presente imperativo;
- 6) presente onitemporal: (a) gnômico e (b) de definição;
- 7) presente de “juízos do falante”;
- 8) presente enfático.

Analisando-se mais de perto os tipos de presente encontrados no *corpus*, podemos fazer uma divisão deles em cinco grupos: 1) um grupo em que a categoria *aspecto* se encontra fortemente marcada; 2) um grupo em que o presente possui feição tipicamente atemporal; 3) um grupo em que o modo sobrepuja o tempo; 4) um grupo em que predomina o aspecto interacional; 5) um grupo dos elementos enfáticos.

A presença da face aspectual pode ser encontrada no presente durativo. Os exemplos apresentados em (63) e (64) denotam uma ação ou um estado que se iniciou no passado e que perdura até o ato de fala, e que, provavelmente, terá continuidade no futuro. Tal é também o comportamento do presente histórico inclusivo.

No que concerne aos exemplos de presente durativo circunscritos em (65), (66) e (67), acreditamos que pode ser analisado como uma categoria atemporal, na medida em que as ações e estados a que se refere parecem possuir duração infinita, o mesmo ocorrendo com o presente onitemporal e o marcador de atenuação da atitude do falante.

O presente iterativo, por sua vez, também apresenta uma face aspectual bastante marcante, já que traduz uma ação habitual, intermitente.

No que diz respeito ao presente imperativo, que, repita-se, apareceu em um contexto bastante específico, qual seja, em discurso direto, podemos afirmar que se trata de um tipo de presente que se filia à categoria *modo*, já que deixa transparecer a atitude do falante em relação ao conteúdo proposicional de seu enunciado, expressando intenção, determinação, desejo.

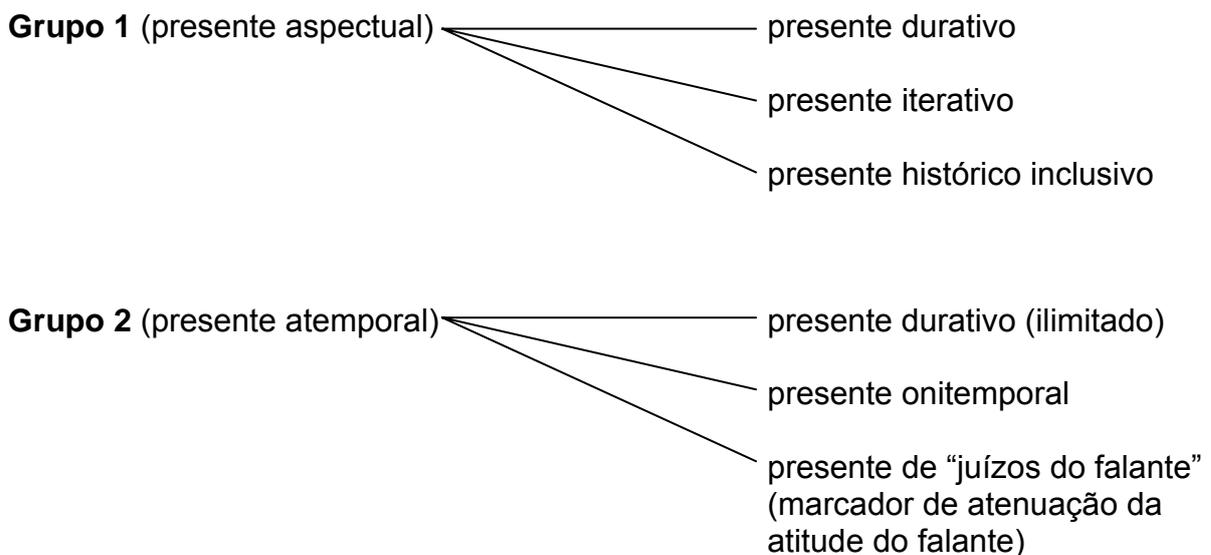
Embora o presente futuro expresse necessariamente futuridade, essa forma verbal revela também uma forte fisionomia modal. É o que se verifica no exemplo

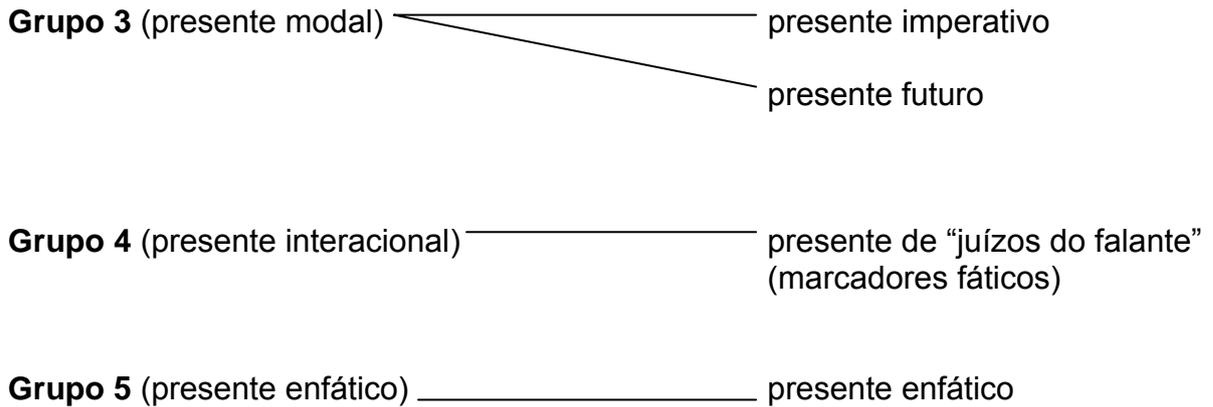
extraído do *corpus*, apresentado em (75), em que o falante imprime, por meio do uso do presente do indicativo, a certeza da realização de um determinado ato dentro daquilo que for possível.

O aspecto interacional é o traço distintivo dos marcadores fáticos. Podemos dizer que a principal função dos casos aqui analisados é o monitoramento interacional interpessoal. Ou seja, os marcadores fáticos foram empregados pelo falante com o intuito de monitorar seu interlocutor, buscando ou aprovação discursiva por parte deste ou, ainda, demonstrando sua intenção de afirmar ou perguntar.

No caso do grupo dos elementos enfáticos, como o próprio nome diz, trata-se de um emprego do presente simplesmente com o objetivo de dar ênfase a um termo ou expressão dentro do enunciado, caso em que se dissipa qualquer traço de temporalidade do tempo presente.

Apresentamos a seguir um quadro-resumo com os grupos sobre os quais acabamos de discorrer:





Ressalte-se que, na análise quantitativa que faremos a seguir, levamos em consideração apenas os seguintes tipos de presente: o presente durativo, o presente iterativo, o presente histórico inclusivo, o presente onitemporal, o presente futuro e o presente utilizado nos marcadores de atenuação da atitude do falante.

Optamos por incluir na análise os marcadores de atenuação da atitude do falante, dos quais o mais representativo é a expressão *acho que*, em virtude de se tratar de elementos que, como já dito, denotam uma atitude comentadora por parte de quem os utiliza. Ressalta-se, ainda, o fato de os verbos empregados nesses marcadores poderem sofrer flexão (Exemplo: *naquela época eu achei que...*).

Deixamos de abarcar na análise quantitativa o presente imperativo, o presente enfático e o presente utilizado nos marcadores fáticos. O primeiro, por se tratar de uma categoria modal; o segundo e o terceiro, em virtude de estarem desprovidos de caráter temporal.

5.4 Tempos verbais e perífrases verbais encontrados na entrevista

Tabela 1: Tempos verbais encontrados nas entrevistas

TEMPOS VERBAIS	E1	%	E2	%	E3	%	E4	%	T	%
Presente do indicativo	117	26,12	139	28,03	367	37,49	270	39,19	893	34,19
Pretérito imperfeito do indicativo	129	28,79	140	28,23	202	20,64	142	20,61	613	23,47
Pretérito perfeito do indicativo	100	22,32	144	29,03	207	21,14	185	26,85	636	24,35
Futuro do pretérito do indicativo	0	0	5	1,01	0	0	1	0,14	6	0,23
Presente do subjuntivo	2	0,45	1	0,20	8	0,82	1	0,14	12	0,46
Futuro do subjuntivo	0	0	0	0	8	0,82	0	0	8	0,30
Pretérito imperfeito do subjuntivo	8	1,78	3	0,60	10	1,03	0	0	21	0,80
Pretérito mais-que-perfeito (CC)	4	0,89	5	1,01	5	0,51	0	0	14	0,53
Futuro do pretérito (CC)	1	0,22	0	0	0	0	0	0	1	0,04
Presente do indicativo (VCP)	1	0,22	1	0,20	0	0	0	0	2	0,08
Pretérito imperfeito do ind. (VCP)	3	0,67	0	0	0	0	4	0,58	7	0,27
Pretérito perf. simples do ind. (VCP)	2	0,45	1	0,20	3	0,31	2	0,29	8	0,30
Pretérito perfeito do subjuntivo (CC)	3	0,67	0	0	0	0	0	0	3	0,11

Onde:

CC: Conjugação composta

VCP: Conjugação de um verbo composto na voz passiva

T: Total

Tabela 2: Perífrases verbais encontradas nas entrevistas

PERÍFRASES VERBAIS	E1	%	E2	%	E3	%	E4	%	T	%
Presente do indicativo + INF	24	5,36	26	5,24	59	6,02	31	4,50	140	5,36
Imperfeito do indicativo + INF	16	3,57	5	1,01	27	2,76	17	2,47	65	2,49
Perfeito do indicativo + INF	12	2,68	11	2,22	42	4,29	13	1,89	78	2,99
Futuro do pretérito do ind. + INF	3	0,67	3	0,60	1	0,10	0	0	7	0,27
Imperfeito do ind. + INF + INF	0	0	0	0	1	0,10	0	0	1	0,04
Imperfeito do subjuntivo + INF	4	0,89	0	0	2	0,20	0	0	6	0,23
Futuro do subjuntivo + INF	0	0	0	0	6	0,61	1	0,14	7	0,27
Presente do ind. + INF + PART	0	0	0	0	1	0,10	0	0	1	0,04
Presente do indicativo + GER	11	2,46	4	0,81	17	1,74	9	1,31	41	1,57
Imperfeito do indicativo + GER	1	0,22	6	1,21	9	0,92	11	1,60	27	1,03
Perfeito do indicativo + GER	5	1,12	2	0,40	2	0,20	2	0,29	11	0,42
Imperfeito do indicativo + PART	2	0,45	0	0	0	0	0	0	2	0,08
Imperfeito do subj. + PART	0	0	0	0	2	0,20	0	0	2	0,08

Embora a língua portuguesa possua um riquíssimo sistema temporal, verificamos que, pelos dados levantados nas tabelas 1 e 2, são poucos os tempos verbais empregados nesse tipo de situação conversacional. Além disso, observa-se um predomínio das formas do modo indicativo sobre as do subjuntivo.

Os tempos verbais que apresentam porcentagem significativa de ocorrência são apenas três, todos do modo indicativo: presente, pretérito imperfeito e pretérito perfeito. O restante dos tempos verbais figura com baixíssimo índice de ocorrência, o que nos leva a concluir que se trata de tempos cujo emprego, em entrevistas com enfoque no passado, é muito reduzido.

Com relação aos tempos verbais mais empregados, verificamos que, no cômputo global, o presente do indicativo se sobressai, com um índice de 34,19% de ocorrência. Em segundo lugar, encontra-se o pretérito perfeito do indicativo, com 24,35% das ocorrências. O pretérito imperfeito figura em terceiro lugar, com uma porcentagem de 23,47%.

É interessante observar que os dados apresentados na tabela 1 divergem, em grande parte, daqueles apresentados por Campos e Rodrigues (2002), em levantamento estatístico elaborado a partir de 15 minutos de gravação de seis inquéritos do Projeto NURC de São Paulo e Rio de Janeiro, a saber: DID-SP-234, DID-RJ-328, D2-SP-360, D2-RJ-355, EF-SP-405, EF-RJ-379. Em sua pesquisa, as lingüistas encontraram uma presença maciça de presente do indicativo em relação aos demais tempos verbais. Até mesmo o índice de ocorrência dos pretéritos imperfeito e perfeito do indicativo mostrou-se baixo em relação ao presente, conforme se pode verificar a seguir:

Tabela 3: Ocorrências de emprego de tempos verbais encontradas em entrevistas do Projeto NURC

	DID-SP	DID-RJ	D2-SP	D2-RJ	EF-SP	EF-RJ
Pres. Ind.	59,79%	78,19%	73,83%	60,21%	48,35%	36,94%
Imp. Ind.	6,29%	3,75%	14,76%	7,88%	12,63%	20%
Perf. Ind.	24,82%	14,03%	2,59%	15,05%	10,98%	21,53%

Com relação às entrevistas aqui analisadas, verifica-se que o presente do indicativo só se sobressaiu nas entrevistas de E3 e E4. Na primeira com um percentual de 37,49%; na segunda com 39,19%. No entanto, tais números não se encontram tão distantes dos percentuais apresentados pelos pretéritos perfeito (E3: 21,14%; E4: 26,85%) e imperfeito (E3: 20,64%; E4: 20,61%) quanto observamos na maioria dos diálogos analisados Campos e Rodrigues (2002).

A discrepância apontada entre o nosso levantamento estatístico e o de Campos e Rodrigues (2002) se deve, a nosso ver, ao fato de nosso corpus ser composto por entrevistas com enfoque em história de vida. Ora, sendo uma situação de fala em que se busca subtrair do entrevistado a narração de eventos que tenham composto sua história, nada mais natural que se aumente o número de ocorrências de tempos pretéritos. Como se pode verificar na tabela 1, na entrevista de E2, os percentuais de emprego dos pretérito perfeito (29,03%) e imperfeito (28,23%) superam o do presente (28,03%). Na entrevista de E1, a utilização do pretérito imperfeito (28,79%) supera a do presente (26,12%), cujo percentual se aproxima muito do do pretérito perfeito (22,32%). Nas demais entrevistas, verifica-se um percentual considerável de ocorrências de pretéritos perfeito (E3: 21,14%; E4: 26,85%) e imperfeito (E3: 20,64%; E4: 20,61%), embora estes não superem o do presente (E3: 37,49%; E4: 39,19%).

5.5 O presente do indicativo e os tipos de verbo

Tabela 4: Tipos de verbo empregados com o presente do indicativo

TIPO DE VERBO	E1	%	E2	%	E3	%	E4	%	T	%
Ação	29	24,79	39	28,06	138	37,60	80	29,63	286	32,03
Estado	66	56,41	82	58,99	177	48,23	168	62,22	493	55,21
Processo	11	9,40	10	7,19	32	8,72	20	7,41	73	8,17
Ação-processo	11	9,40	8	5,76	20	5,45	2	0,74	41	4,59

Tabela 5: Tipos de verbo empregados com o pretérito imperfeito do indicativo

TIPO DE VERBO	E1	%	E2	%	E3	%	E4	%	T	%
Ação	27	20,94	36	25,71	97	48,02	55	38,73	215	35,07
Estado	90	69,77	97	69,29	80	39,60	74	52,11	341	55,63
Processo	1	0,76	5	3,57	4	1,98	8	5,64	18	2,94
Ação-processo	11	8,53	2	1,43	21	10,40	5	3,52	39	6,36

Tabela 6: Tipos de verbo empregados com o pretérito perfeito do indicativo

TIPO DE VERBO	E1	%	E2	%	E3	%	E4	%	T	%
Ação	34	34	82	56,94	128	61,84	91	49,19	335	52,67
Estado	40	40	33	22,92	38	18,36	45	24,32	156	24,53
Processo	21	21	21	14,58	36	17,39	38	20,54	116	18,24
Ação-processo	5	5	8	5,56	5	2,41	11	5,95	29	4,56

Analisando-se a tabela 4, no cômputo geral, verificamos que muitas das ocorrências do presente do indicativo se dão em orações com verbos de estado (55,21%). Os verbos de ação figuram em segundo lugar, com 32,03% das ocorrências, ou seja, com um índice de 23,18 pontos abaixo daquele dos verbos de

estado. Em último lugar, encontram-se os verbos de processo e ação-processo, este com um índice de 4,59%; aquele, de 8,17%.

É interessante observar que, ao estabelecermos apenas uma dicotomia, na divisão dos tipos de verbos, entre verbos estativos e verbos dinâmicos, correspondendo estes aos verbos de ação, processo e ação-processo, os quais, em virtude de suas características, implicam dinamicidade, verificamos uma diferença pouco significativa no que diz respeito às suas respectivas porcentagens de ocorrência. Vejamos:

Tabela 7: Tipos de verbo empregados com o presente do indicativo

TIPO DE VERBO	E1	%	E2	%	E3	%	E4	%	T	%
Estativos	66	56,41	82	58,99	177	48,23	168	62,22	493	55,21
Dinâmicos	51	43,59	57	41,01	190	51,77	102	37,78	400	44,79

A porcentagem de ocorrência de verbos dinâmicos, que é de 44,79%, aproxima-se muito da dos verbos estativos, cujo índice é de 55,21%. Entre eles, há apenas uma diferença percentual de 10,42%, o que, de certa forma, poderia sugerir que nossa hipótese de que há predominância de verbos de estado com o presente do indicativo seja equivocada.

No entanto, analisando-se minuciosamente os tipos de verbo empregados com o presente do indicativo, observamos que um percentual bastante significativo dos verbos de ação das entrevistas de E1 e E2 é de verbos que, semanticamente, servem para expressar uma opinião, uma dúvida ou uma disposição mental por parte do locutor em relação àquilo que está enunciando:

Tabela 8: Tabela de verbos que denotam atitude comentadora

VERBO	E1	%	E2	%	E3	%	E4	%
Achar (supor, presumir, considerar)	16	55,17	14	35,90	23	16,66	16	20,0
Assumir (supor, presumir)	1	3,45	0	0	0	0	0	0
Acreditar (supor, achar)	1	3,45	0	0	0	0	0	0
Crer (supor)	0	0	2	5,13		0	0	0
Outros tipos de verbo	11	37,93	23	58,97	115	83,34	64	80,0

O verbo *achar*, na acepção de *supor, presumir, considerar*, é o mais recorrente, com 55,17% das ocorrências na entrevista de E1 e 35,90% na de E2. Trata-se do verbo empregado no marcador conversacional *eu acho que*, muito comum na língua falada, que serve para expressar uma atitude comentadora por parte do locutor:

(87) E4 é... eu **acho** que a gente tem que aceitar né as coisas...

O mesmo ocorre com o verbo *acreditar*, cuja acepção se aproxima muito da do verbo *achar*, com o verbo *crer*, na acepção de *supor*, e com o verbo *assumir*, no sentido de *presumir*. Como se pode verificar, trata-se de verbos que denotam uma disposição mental do falante. Vejamos alguns exemplos:

(88) E1 bom foi no colegial ginásio né...() (deve ter sido) ()... não mas (eu acho) **acredito** que a coisa fo/ foi foi... se amenizando porque acho que a medida que você vai tomando... vai tomando consciência de você... consciência da sua língua... da sua... da sua língua que eu tô falando do poder de de...

(89) E1 Vila Isabel eu **assumo**... Vila Isabel era sempre marcado... sempre foi marcado assim pela... pela questão histórica mesmo né minha mãe sempre falava do das brigas do... do limite... que você tem... tinha da Getúlio Vargas né e você não ultrapassava lá o pessoal da Vila Isabel... não ultrapassava a linha da Getúlio Vargas nem sei se era Getúlio Vargas naquela época... se você fosse uma pessoa de fora fosse para lá você era ()... e eu não era um negro da Vila Isabel...

(90) **E2** não eu **creio** não na família não... () quando a gente era pequeno morava na roça então era tudo uma coisa só né?... o que a gente tinha dividia... então... não sacava bem isso... foi mais quando viemos pra grande cidade mesmo... que eu vi a diferença... não era bem diferença que nós morávamos também em favela né? então morando em favela também tem aquele negócio todo... que você tem também... que é meu é seu... então divide tudo... mas... deixa eu ver... foi no grande centro?... em Santos por exemplo... por aí... **acho** que foi... ()...

Em suma: trata-se de verbos que, embora sejam rotulados como verbos de ação, a nosso ver, remetem a uma atitude comentadora por parte de quem os utiliza.

Aliás, deve-se registrar aqui que, na obra de Ignácio (2002), o verbo *achar* figura como sendo de estado, diferentemente do que consta no *Dicionário de usos do Português do Brasil*, que o classifica como verbo de ação. Além disso, o verbo *pensar*, na acepção de *achar*, em tal dicionário, está classificado como de estado. Ou seja, pode-se afirmar que há uma certa controvérsia entre os especialistas com relação à classificação de tal verbo.

A única entrevista em que o emprego dos verbos estativos não superou o dos verbos dinâmicos é a de E3, em que estes figuram com um percentual de 51,77% e aqueles com 48,23%. Trata-se de uma diferença muito pouco significativa (3,54%), que não nos impede de afirmar a supremacia dos verbos estativos sobre os dinâmicos com o emprego do presente do indicativo, já que, nas demais entrevistas, aqueles se destacaram (E1: 56,41%; E2: 58,99%; E4: 62,22%).

Comparando-se as tabelas 4 e 5, verificamos que o índice de ocorrência de verbos de estado com o pretérito imperfeito do indicativo está muito próximo ao do índice de ocorrência desses tipos de verbo com o presente do indicativo, figurando este com 55,21% e aquele com 55,63%, conforme se pode verificar na tabela que segue:

Tabela 9: Tipos de verbos empregados com o pretérito imperfeito do indicativo

TIPO DE VERBO	E1	%	E2	%	E3	%	E4	%	T	%
Estativos	90	69,77	97	69,29	80	39,60	74	52,11	341	55,63
Dinâmicos	39	30,23	43	30,71	122	60,40	68	47,89	272	44,37

Veja-se que nas entrevistas de E1 e E2, o índice de emprego de verbos estativos é bastante alto (69,77% e 69,29%, respectivamente). Na entrevista de E4 também há predomínio de verbos estativos (52,11%). Somente na entrevista de E3, houve um índice maior de emprego de verbos dinâmicos (60,40%).

Isso poderia causar surpresa, na medida em que se espera que o pretérito imperfeito do indicativo, que é um dos principais tempos do mundo narrado, combine mais com verbos dinâmicos. Entretanto, cabe lembrar, aqui, que, segundo Weinrich (1964), o pretérito imperfeito é o tempo de indicação do pano de fundo da narrativa, ou seja, o tempo do segundo plano narrativo. Diferentemente do pretérito perfeito, que, geralmente, presta-se a expressar um evento ocorrido e consumado num determinado período do passado, o pretérito imperfeito encerra uma idéia de continuidade, o que faz com que ele se preste a descrever personagens, objetos, situações comportamentais, locais e quadros temporais em que se inscrevem os eventos narrados no passado, já que esses elementos, de certa forma, implicam a idéia de um aspecto mais ou menos durativo. Assim sendo, pode-se dizer que o tipo de verbo que mais se adapta a essa atitude é o estativo, o que vem a justificar o seu alto índice de ocorrência com o pretérito imperfeito. Vejamos alguns exemplos:

(91) **E1** () Vila Isabel... Tijuco Preto... né... e esses outros bairros nossos aí que... nem nem nem nem sonhava... mas o fim da cidade **era**... Vila Isabel Tijuco Preto... e eu não **era** um negro do Tijuco Preto **era** um negro do... do centro da cidade...

(92) **E2** e nisso eu fiz VÁRIAS amizades... **tinha** na época mais ou menos cinqüenta e cinco correspondentes de todo mundo né?... então **tinha**... pessoal da Arábia... **tinha** pessoal da:... Portugal **tinha** pessoal do Japão... da Rússia... (enfim) de onde você pensava **tinha**... e eu escrevia na época em francês... em espanhol... e inglês...

(93) **E4** ah foi difícil ((risos)) (porque) os meninos eles eram... mais o Benê né... ele **era** muito ciumento né... então **tinha** aquela regra né... cê não podia sair muito... tinha que sair com os irmão né... ah no começo assim pra ir no baile tudo... **era** meio chato né... porque cê ia no baile ninguém te tirava pra dançar ()

No que concerne à relação entre o emprego do pretérito perfeito e os tipos de verbos, verifica-se que há predominância de verbos dinâmicos (75,47%), conforme tabela abaixo, observando-se, na tabela 6, que o percentual de ocorrência dos verbos de ação é o maior: 52,67%.

Tabela 10: Tipos de verbo empregados com o pretérito perfeito do indicativo

TIPO DE VERBO	E1	%	E2	%	E3	%	E4	%	T	%
Estativos	40	40	33	22,92	38	18,36	45	24,32	156	24,53
Dinâmicos	60	60	111	77,08	169	81,64	140	75,68	480	75,47

Isso já era de se esperar, já que os verbos dinâmicos são os que melhor se adaptam à atitude de narração. E como se pode verificar na tabela 10, o índice de emprego de verbos dinâmicos é alto em todas as entrevistas, havendo, dentre esses, um predomínio dos verbos de ação sobre os demais em três entrevistas (E2: 56,94%; E3: 61,84%; E4: 49,19%). Somente na entrevista de E1 houve predomínio dos verbos de estado (40%) sobre os de ação (34%). Trata-se, no entanto, de uma diferença muito pequena (6%), que não afeta o cômputo geral da pesquisa.

5.6 O presente do indicativo e os tipos de sujeito

Tabela 11: Tipos de sujeito empregados com o presente do indicativo

SUJEITO	E1	%	E2	%	E3	%	E4	%	T	%
Agente	36	30,77	45	32,37	156	42,51	82	30,37	319	35,72
Locativo	3	2,56	5	3,60	3	0,82	4	1,48	15	1,68
Experimentador	27	23,08	22	15,83	66	17,98	63	23,34	178	19,93
Objetivo	40	34,19	50	35,97	92	25,07	73	27,04	255	28,56
Causativo	1	0,85	0	0	0	0	0	0	1	0,11
Paciente	2	1,71	4	2,88	8	2,18	6	2,22	20	2,24
Sujeito oracional	2	1,71	2	1,44	4	1,09	6	2,22	14	1,57
Ausência de sujeito	6	5,13	11	7,91	38	10,35	36	13,33	91	10,19

Tabela 12: Tipos de sujeito empregados com o pretérito imperfeito do indicativo

SUJEITO	E1	%	E2	%	E3	%	E4	%	T	%
Agente	34	26,36	38	27,14	115	56,93	59	41,55	246	40,13
Locativo	6	4,65	12	8,57	4	1,98	3	2,11	25	4,08
Experimentador	21	16,28	13	9,29	21	10,40	14	9,86	69	11,26
Objetivo	56	43,41	50	35,71	45	22,28	50	35,21	201	32,79
Causativo	0	0	0	0	2	0,99	0	0	2	0,33
Paciente	2	1,55	1	0,72	1	0,49	1	0,71	5	0,81
Sujeito oracional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ausência de sujeito	10	7,75	26	18,57	14	6,93	15	10,56	65	10,60

Tabela 13: Tipos de sujeito empregados com o pretérito perfeito do indicativo

SUJEITO	E1	%	E2	%	E3	%	E4	%	T	%
Agente	39	39	88	61,11	131	63,29	100	54,05	358	56,29
Locativo	2	2	4	2,78	5	2,41	7	3,78	18	2,83
Experimentador	20	20	16	11,11	32	15,46	29	15,68	97	15,25
Objetivo	27	27	14	9,72	17	8,21	30	16,22	88	13,84
Causativo	0	0	0	0	2	0,97	4	2,16	6	0,94
Paciente	3	3	8	5,56	9	4,35	10	5,41	30	4,72
Sujeito oracional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ausência de sujeito	9	9	14	9,72	11	5,31	5	2,70	39	6,13

Pela tabela 11, verificamos que, no cômputo geral, o sujeito agente é o que detém o maior índice de ocorrência com o presente do indicativo (35,72%), seguido pelo sujeito objetivo, com uma porcentagem de 28,56%, e pelo experimentador, cujo percentual é de 19,93%.

A mesma disposição pode ser observada com o emprego do pretérito imperfeito do indicativo, cujos dados se encontram lançados na tabela 12. Em primeiro lugar, também figura o sujeito agente, com um índice de ocorrência de 40,13%. Em segundo e terceiro lugar, encontram-se o sujeito objetivo e o experimentador, este com um percentual de 11,26% e aquele com um de 32,79%.

No que diz respeito à relação do pretérito perfeito com os tipos de sujeitos, verifica-se também a predominância do agente (56,29%) sobre os demais. Em segundo lugar, destaca-se o sujeito experimentador, com 15,25%, e em terceiro, o objetivo, com 13,84%.

Os demais tipos de sujeitos (locativo, causativo e paciente) têm um índice de ocorrência muito pouco significativo tanto no que respeita ao presente do indicativo como aos outros dois tempos verbais.

Não esperávamos que o sujeito agente fosse despontar na frente dos outros com o emprego do presente do indicativo. No entanto, tal resultado não nos surpreende tanto na medida em que, conforme demonstrado anteriormente, o emprego dos verbos dinâmicos teve um rendimento bastante significativo, embora não tenha tido supremacia sobre os estativos.

Observe-se, no entanto, que a somatória dos índices de ocorrência dos dois tipos de sujeito mais condizentes com a atitude de comentar, que são os sujeitos objetivo e experimentador, totaliza um percentual de 48,49%, ou seja, um índice superior ao do sujeito agente (35,72%). Ressalte-se, além disso, que parte dos

verbos de ação utilizados nas entrevistas corresponde àqueles verbos elencados na tabela 8 (31,12%), que, como já dito anteriormente, semanticamente traduzem uma atitude comentadora, no nosso ponto de vista.

No que concerne ao sujeito objetivo, que figura em segundo lugar com o emprego do presente do indicativo, não se pode negar que, em virtude de se tratar de um tipo de sujeito que, obrigatoriamente, é inativo, já que não é agente, nem causativo, nem paciente, é bastante plausível seu alto índice de ocorrência (28,56%) com o presente do indicativo, já que este é o principal tempo utilizado para tecer comentários.

A presença do sujeito agente em primeiro lugar com o pretérito imperfeito do indicativo (40,13%) já era de se esperar, pois se trata de um dos principais tempos verbais do mundo narrado. O que causou surpresa foi o alto índice de ocorrência de sujeito objetivo (32,79%). Todavia, encontramos uma explicação para tal fato na própria teoria de Weinrich (1974). Segundo o lingüista, esse tempo verbal é utilizado como pano de fundo da narrativa, sendo, assim, ideal para descrever personagens, objetos e situações. E o tipo de sujeito que melhor se adapta a tal papel é o objetivo.

Finalizando, verificamos um alto índice de ocorrência de sujeito agente com o pretérito perfeito (56,29%); aliás, um número muito superior aos tipos de sujeito que ocupam a segunda e a terceira posição, a saber: experimentador (15,25%) e objetivo (13,84%), respectivamente, fato que vem ao encontro de nossa hipótese.

5.7 O presente do indicativo e a pessoa em que se realiza o sujeito

Tabela 14: Pessoas empregadas com o presente do indicativo

PESSOA	E1	%	E2	%	E3	%	E4	%	T	%
Primeira do singular	46	39,32	45	32,37	165	44,96	97	35,93	353	39,53
Segunda do singular	15	12,82	23	16,55	22	5,99	21	7,78	81	9,07
Terceira do singular	34	35,90	53	38,13	141	38,42	133	49,26	369	41,32
Primeira do plural	3	2,56	0	0	7	1,91	4	1,48	14	1,57
Segunda do plural	0	0	0	0	5	1,36	0	0	5	0,56
Terceira do plural	11	9,40	18	12,95	27	7,36	15	5,55	71	7,95

Tabela 15: Pessoas empregadas com o pretérito imperfeito do indicativo

PESSOA	E1	%	E2	%	E3	%	E4	%	T	%
Primeira do singular	30	23,26	58	41,43	115	56,93	32	22,54	235	38,34
Segunda do singular	15	11,63	4	2,86	0	0	2	1,41	21	3,43
Terceira do singular	75	58,14	65	46,43	66	32,67	98	69,01	304	49,59
Primeira do plural	6	4,65	2	1,43	9	4,46	0	0	17	2,77
Segunda do plural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Terceira do plural	3	2,33	11	7,85	12	5,94	10	7,04	36	5,87

Tabela 16: Pessoas empregadas com o pretérito perfeito do indicativo

PESSOA	E1	%	E2	%	E3	%	E4	%	T	%
Primeira do singular	28	28	90	62,50	96	46,38	66	35,68	280	44,03
Segunda do singular	4	4	2	1,39	1	0,48	2	1,08	9	1,42
Terceira do singular	59	59	45	31,25	78	37,68	100	54,05	282	44,34
Primeira do plural	5	5	3	2,08	22	10,63	12	6,49	42	6,60
Segunda do plural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Terceira do plural	4	4	4	2,78	10	4,83	5	2,70	23	3,61

Pela tabela 14, percebemos que a hipótese de que a primeira pessoa do singular predomina sobre as demais com o emprego do presente do indicativo não

procede. Essa pessoa aparece em segundo lugar na classificação com uma porcentagem de 39,53% de ocorrência, atrás pela terceira pessoa do singular, que figura com um índice de 41,32%. As demais pessoas gramaticais figuram com um percentual inexpressivo se comparadas a essas duas pessoas.

Analisando-se individualmente cada uma das entrevistas, verificamos que a primeira pessoa do singular aparece na frente somente nas entrevistas de E1 (39,32%) e E3 (44,96%). Nas outras duas, há predomínio da terceira pessoa (E2: 38,13%; E4: 49,26%). Percebe-se, portanto, nesse tipo de texto, um equilíbrio entre essas duas pessoas.

Com relação ao pretérito imperfeito (tabela 15), observa-se um emprego predominante da terceira pessoa do singular, com um índice de 49,59%. Em segundo lugar, figura a primeira pessoa, com 38,34% das ocorrências. Embora a diferença entre esses índices não seja tão expressiva (11,25%), observa-se a predominância da terceira pessoa em três das entrevistas, o que, em nossa opinião, sugere a preferência do imperfeito por essa pessoa.

Verifica-se um equilíbrio entre a primeira pessoa e a terceira também com o emprego do pretérito perfeito (tabela 16). A terceira figura em primeiro lugar com um índice de 44,34%; a primeira, com 44,03%. Ou seja, há entre elas uma diferença percentual irrisória de 0,31 pontos. A análise individual das entrevistas também aponta para um balanceamento da utilização dessas duas pessoas. A primeira pessoa despontou na frente nas entrevistas de E2 (62,50%) e E3 (46,38%); a terceira, nas entrevistas de E1 (59%) e E4 (54,05%).

Pelos dados fornecidos pelas entrevistas, constatamos que nossa hipótese em torno da variável pessoa encontra-se equivocada, na medida em que se verifica um balanceamento entre o emprego da primeira e da terceira pessoa do singular

com o presente e o pretérito perfeito do indicativo. A terceira pessoa do singular demonstra maior afinidade somente com o pretérito imperfeito do indicativo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento semântico evidenciou a predominância de ocorrências de três classes de presente do indicativo no *corpus* analisado: o presente aspectual, o presente atemporal e o presente interacional, nos quais o fator *tempo* é o que menos se destaca. A primeira classe corresponde a um tipo de presente fortemente marcado por um caráter aspectual. A segunda caracteriza-se por representar eventos sem historicidade, nos quais a perspectiva temporal perde praticamente sua pertinência. O presente interacional, por sua vez, diz respeito a uma categoria utilizada com a finalidade de monitoramento da atividade interlocutória.

Embora tenhamos encontrado outras classes de presente no *corpus*, não podemos declarar que se trata de um emprego habitual no tipo de texto analisado, uma vez que seu índice de ocorrência encontra-se muito baixo em relação aos mencionados no parágrafo anterior. São eles: o presente modal e o presente enfático.

Como se pôde observar na seção em que analisamos os dados, todas as classes de presente do indicativo analisadas correspondem a categorias em que há praticamente uma dissipação do caráter temporal do presente. Há casos em que a temporalidade nem se manifesta. É o caso do presente imperativo, do presente enfático e dos marcadores fáticos.

Saliente-se, aliás, que não foi encontrada no *corpus* nenhuma ocorrência do tipo de presente que, a nosso ver, mais evidencia o caráter temporal desse tempo verbal, a saber: o presente momentâneo.

No que concerne à aplicação dos pressupostos teóricos de Corôa (1985) aos dados analisados, verifica-se que a simultaneidade existente entre o MF, o MR e o

ME, em relação do presente do indicativo, estende-se apenas a alguns tipos de presente: o presente durativo, o iterativo, o histórico inclusivo, o onitemporal e o presente de “juízos do falante” (especificamente o marcador de atenuação da atitude do falante).

No caso do presente com valor de futuro, trata-se de um emprego em que o MR é posterior ao MF. Sendo o ME simultâneo ao MR, nesse caso, podemos dizer que o ME é posterior ao MF. Isso nos leva a duas representações formais para o presente do indicativo no português, e não a uma, como proposto por Corôa (1985):

MF , MR , ME

MF – MR, ME

Além disso, não se pode esquecer daqueles casos em que a temporalidade sequer se manifesta (presente imperativo, presente enfático, marcadores fáticos). Ou seja, há alguns tipos de emprego do presente do indicativo em que não se aplica a proposta de Corôa (1985).

No que respeita à relação entre o presente do indicativo e os tipos de verbo, verificamos a procedência de nossa hipótese, qual seja: o emprego desse tempo verbal tem maior afinidade com os verbos de estado, afinal, no âmbito geral, eles representaram o maior número de ocorrências.

Embora também tenha havido um índice bastante representativo de verbos dinâmicos com esse tempo verbal, deve-se lembrar que parte deles corresponde a verbos que possuem um caráter opinativo muito saliente, o que os remete a uma atitude comentadora por parte do falante que os emprega. Na realidade, trata-se de verbos cuja acepção os aproxima muito dos verbos de estado.

Os pretéritos perfeito e imperfeito demonstraram maior afinidade com os verbos dinâmicos e estativos, respectivamente. Relativamente ao perfeito, já esperávamos tal resultado. Na medida em que se trata de um dos principais tempos do mundo narrado, de acordo com Weinrich (1974), era de se esperar sua estreita relação com os verbos que implicam dinamicidade.

O que causou surpresa foi a afinidade do imperfeito com os verbos de estado. Sendo um dos principais verbos do mundo narrado, a expectativa era de que seu emprego ocorresse principalmente com verbos dinâmicos. No entanto, conforme já salientado, a teoria de Weinrich (1974) também fundamenta tal relação. Sendo o imperfeito um tempo utilizado para constituir o pano de fundo da narrativa, ele se presta a descrever ambientes, personagens, épocas, o que estreita sua relação com os verbos estativos, já que esses verbos se ajustam melhor a tal atitude.

No que toca à relação do presente do indicativo com os tipos de sujeito, houve um índice muito significativo de emprego de sujeito agente (35,72%). Isso poderia sugerir um aparente choque entre o resultado encontrado na relação que se estabeleceu entre esse tempo verbal e os tipos de verbo, uma vez que esse tipo de sujeito não condiz com os verbos estativos, predominantes com o emprego do presente. Entretanto, conforme já demonstrado, a somatória do índice de ocorrência de sujeito objetivo com o sujeito experimentador, que melhor se acomodam à atitude comentadora, atinge o valor de 48,49%, ou seja, supera o índice de emprego do sujeito agente em 12,77%. Frise-se, ainda, que parte dos verbos de ação utilizados pelos entrevistados corresponde a verbos que remetem a uma atitude comentadora.

A relação entre os pretéritos perfeito e imperfeito e os tipos de sujeito também encontraram respaldo em Weinrich (1974). Com ambos, houve predominância de emprego do sujeito agente, principalmente com o primeiro. Com o imperfeito, o

índice de ocorrência de sujeito objetivo também foi significativo (32,79%), o que se justifica por se tratar do tempo do segundo plano da narrativa.

Relativamente à relação dos tempos verbais em questão com os tipos de pessoa, nossa hipótese mostrou-se procedente somente em parte. Diferentemente do que esperávamos, os dados demonstraram haver um equilíbrio entre a utilização da primeira e da terceira pessoa do singular no que se refere ao presente e ao pretérito perfeito. Apenas com o pretérito imperfeito é que houve predomínio da terceira pessoa do singular.

Pelo exposto, acreditamos que a atitude comunicativa do locutor nos termos propostos por Weinrich (1974) constitui as bases de sustentação da relação que se estabelece entre os tempos verbais aqui analisados e os tipos de verbo e os tipos de sujeito, de forma que, podemos concluir que, para uma caracterização mais precisa acerca do presente, bem como dos pretéritos perfeito e imperfeito, necessária se faz uma abordagem tanto do ponto de vista semântico quanto do discursivo.

Finalizando, gostaríamos de frisar que os resultados obtidos com a presente pesquisa se circunscrevem apenas ao âmbito das entrevistas com enfoque no passado, como já dito anteriormente, de forma que não podemos estender as conclusões a que chegamos a outros gêneros textuais. Aliás, podemos dizer que as considerações aqui esboçadas, de certa forma, impossibilitam-nos de fazer generalizações sobre o presente do indicativo até mesmo no que respeita a entrevistas com enfoque no passado, haja vista tratar-se de um *corpus* um tanto quanto limitado. Do nosso ponto de vista, o tema aqui abordado requer novas pesquisas com um *corpus* diversificado e amplo, para que se possa chegar a uma reflexão mais profunda sobre a questão, o que fica aqui como sugestão àqueles que se interessarem pelo tema.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALEEIRO, M. I. A. **O futuro do presente do português culto falado em São Paulo**. 1988. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.
- BASTOS, L. K. **Coesão e coerência em narrativas escolares**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Texto e linguagem).
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- BENVENISTE, E. **Problemas de lingüística geral II**. Tradução de Eduardo Guimarães *et al.*; revisão técnica da tradução: Eduardo Guimarães. São Paulo: Pontes, 1989.
- BORBA, F. S. **Uma gramática de valências para o português**. São Paulo: Ática, 1996.
- BORBA, F. S. *et al.* **Dicionário de usos do português do Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.
- BRANDÃO, C. **Sintaxe clássica portuguesa**. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1963. (Publicação nº 294 – Edição do autor)
- CAMPOS, O. G. L. A. S.; RODRIGUES, A. R. “A flexão verbal modo-temporal no português culto do Brasil: sufixos e auxiliares”. In: CASTILHO, A. T. (org.). **Gramática do português falado**. 3ª ed., Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002, v. 3 (As abordagens)
- CARVALHO, L. U. **Os tempos verbais e as atitudes comunicativas**. 1980, 84 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.
- CASTILHO, A. T. de. “No texto e na oração: o presente do indicativo”. In: **Actas Del VII Congreso**, Asociación de Lingüística y Filología de America Latina (Alfal), Homenaje a Pedro Henriquez Ureña, Tomo I, Santo Domingo, República Dominicana, 1984. p. 389-404.
- _____. **A língua falada no ensino de português**. São Paulo: Contexto, 2002. (Coleção caminhos da lingüística).
- CASTILHO, A. T. de; PRETI, D. (Org.) **A linguagem falada culta na cidade de São Paulo**, vol. II – Diálogos entre dois informantes. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1987, p. 9-10.
- CASTRO, V. S. **Os tempos verbais da narrativa oral**. 1980, 160 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1980.

COMRIE, B. **Tense**. U.S.A.: Cambridge University Press, 1990.

CORÔA, M. L. M. S. **O tempo nos verbos do português**: uma introdução à sua interpretação semântica. Brasília: Thesaurus, 1985.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DIONÍSIO, A. P. Análise da conversação. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.) **Introdução à lingüística**: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, v. 2, 2001. p. 69-99.

FÁVERO, L. L. **Coesão e coerência textuais**. 9ª ed. São Paulo: Ática, 2002. (Série princípios, 206).

FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C. V. O.; AQUINO, Z. G. O. **Oralidade e escrita**: perspectivas para o ensino de língua materna. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FIORIN, J. L. **As astúcias da enunciação**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1999.

_____. Pragmática. In: FIORIN, J. L. (Org.) **Introdução à lingüística II**: princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2003. p. 161-185.

IGNÁCIO, S. E. **Análise sintática em três dimensões**: uma proposta pedagógica. São Paulo: Editora Ribeirão Gráfica, 2002.

ILARI, R. **A expressão do tempo em português**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Repensando a língua portuguesa).

KOCH, I. V. **A coesão textual**. 15ª ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Repensando a língua portuguesa).

_____. **Argumentação e linguagem**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **A inter-ação pela linguagem**. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

LIMA, R. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 39ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

LONGO, B. N. O. **A auxiliaridade e a expressão do tempo em português**. 1990. 238 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 1990.

LYONS, J. **Introdução à lingüística teórica**. Tradução de Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel; revisão e supervisão: Isaac Nicolau Salum. São Paulo: Editora Nacional – Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

MARCUSCHI, L.A. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Análise da conversação**. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2003. (Série princípios, 82).

MELO, G. C. de. **Gramática fundamental da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1968.

NUNES, B. **O tempo na narrativa**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2000. (Série Fundamentos, 31).

PEREIRA, A. P. **O presente do indicativo na língua falada**. 1995, 76 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 1995.

PRETI, D. (Org.) **Análise de textos orais**. 4ª ed. São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP, 1999. (Projetos paralelos: v. 1).

REICHENBACH, H. The tenses of verbs. In: _____. **Elements of symbolic logic**. New York: The Macmillan Company, 1947. p. 287-298.

SAID ALI, M. **Gramática secundária da língua portuguesa**. 8ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores).

SILVA, A. **A expressão da futuridade no português falado**. Araraquara: UNESP, FCL, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2002.

TRAVAGLIA, L. C. **Um estudo textual-discursivo do verbo no português do Brasil**. 1991, 330 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Estadual de Campinas, 1991.

WEINRICH, H. **Estructura y función de los tiempos en el lenguaje**. Madrid: Editorial Gredos, 1974.

ANEXO

NORMAS PARA TRANSCRIÇÃO DO PROJETO NURC⁸

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLIFICAÇÃO ⁹
Incompreensão de palavras ou segmentos	()	do nível de renda... () nível de renda nominal...
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	(estou) meio preocupado (com o gravador)
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre)	/	e comé/ e reinicia
Entoação enfática	maiúsculas	porque as pessoas TÊM moeda
Alongamento de vogal ou consoante (como s, r)	:: podendo aumentar para ::: ou mais	ao emprestarem os... éh:::... o dinheiro
Silabação	-	por motivo de tran-sa-ção
Interrogação	?	e o Banco... Central... certo?
Qualquer pausa	...	são três motivos... ou três razões... que fazem com que se retenha moeda... existe uma... retenção
Comentários descritivos do transcritor	((minúsculas))	((tossiu))
Comentários que quebram a seqüência temática da exposição; desvio temático	- - -	... a demanda de moeda - - vamos dar essa notação - - demanda de moeda por motivo
Superposição, simultaneidade de vozes	ligando as [linhas	A. na casa de sua irmã [B. sexta-feira? A. fizeram lá... [B. cozinham lá?
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo.	(...)	(...) nós vimos que existem...
Citações literais, reproduções de discurso direto ou leituras de textos, durante a gravação	“ “	Pedro Lima... ah escreve na ocasião... “O cinema falado em língua estrangeira não precisa de nenhuma baRRElra entre nós”...

Observações:

1. Iniciais maiúsculas: não se usam em início de períodos, turnos e frases.
2. Fáticos: *ah, éh, eh, ahn, ehn, uhn, tá* (não por *está: tá? Você está brava?*)
3. Nomes de obras ou nomes comuns estrangeiros são grifados
4. Números: por extenso.
5. Não se indica o ponto de exclamação (frase exclamativa)
6. Não se anota o cadenciamento da frase.
7. Podem-se combinar sinais. Por exemplo: *oh:::... (alongamento e pausa).*
8. Não se utilizam sinais de pausa, típicos da língua escrita, como ponto-e-vírgula, ponto final, dois pontos, vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de pausa.

⁸ Extraídas de: CASTILHO, A. T. de; PRETI, D. (Org.) **A linguagem falada culta na cidade de São Paulo**, vol. II – Diálogos entre dois informantes. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1987, p. 9-10.

⁹ Exemplos retirados dos inquéritos NURC/SP nº 338 EF, 331 D2 e 153 D2.